Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2026 | Nº 26.102 | Preço banca: R$ 3,50

Carteira de crédito da Caixa chegará a R$ 1,5 trilhão neste ano

A carteira de crédito da Caixa Econômica Federal deve atingir R$ 1,5 trilhão neste ano, o que deve ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano, estimou na quinta-feira, (05) o presidente da Caixa, Carlos Vieira, em entrevista coletiva realizada na capital paulista.

"Vai chegar a R$ 1,5 trilhão, vamos comemorar esse número certamente ainda no primeiro semestre", afirmou, ao comentar o desempenho da instituição em 2025.

No ano passado, a Caixa somou R$ 1,38 trilhão em sua carteira de crédito, uma expansão de 11,5% em relação ao ano de 2024.

Os principais destaques foram o financiamento imobiliário, que cresceu 13%, o crédito comercial a pessoas jurídicas (14,2%) e o crédito comercial a pessoas físicas (13,4%). Para este ano, o banco disse esperar uma expansão entre 9% e 13% para sua carteira de crédito.

No ano passado, a Caixa Econômica Federal, registrou lucro líquido recorrente recorde de R$ 15,5 bilhões, desempenho 10,4% superior ao apurado no ano anterior. Página 14

Desemprego fica em 5,4% no trimestre encerrado em janeiro de 2026

Página 3

Balança comercial tem quarto melhor resultado para fevereiro

Página 4

Pais precisarão de autorização judicial para monetizar conteúdo com filhos nas redes, decide ECA digital

Página 4

Feirão Casa Paulista oferece quase R$ 3 milhões em subsídios para compra do primeiro imóvel em diferentes municípios do Estado

Página 2

Menor jornada na indústria de alimentos vai custar R$ 23 bilhões e levar a aumento de preços, diz Abia

Página 8

Metrô prorroga operação 24 horas aos sábados

O Metrô de São Paulo vai prorrogar por mais seis meses a operação experimental que mantém as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata funcionando ininterruptamente entre sábados e domingos. A ampliação vai permitir o monitoramento de indicadores de demanda em diferentes cenários, incluindo fins de semana fora do período de férias escolares, datas com maior concentração de grandes eventos e momentos de maior movimento na cidade.

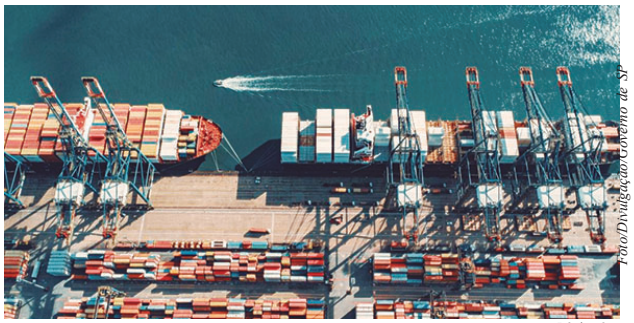
Ao longo dos primeiros três meses de avaliação, iniciado dezembro, foram transportados cerca de 140 mil passageiros nas madrugadas de sábado para domingo. Uma pesquisa do Metrô realizada neste período confirmou a aceitação do público, com 95% dos entrevistados avaliando o serviço na madrugada e o atendimento como "bom" ou "muito bom".

O levantamento também mostrou que a maior parte dos passageiros da madrugada utilizou o Metrô para lazer, seguida por deslocamentos de trabalho, revelando também que 83% dos usuários já utilizam o sistema regularmente ao longo da semana.

Durante a madrugada de sábado para domingo, todas as estações das quatro linhas permanecem abertas para embarque e desembarque, com trens circulando entre 0h e 4h40 e intervalos médios entre 20 e 30 minutos. Em alguns fins de semana, a Linha 15-Prata pode contar com apoio do sistema PAESE, dependendo da disponibilidade operacional, devido a testes programados para novos trens que vão reforçar sua frota.

As bilheterias ficam fechadas e a compra de bilhetes é feita por canais digitais ou máquinas de autoatendimento, sendo que o pagamento por aproximação já está disponível nas linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha e está em implementação na Linha 15-Prata. (Governo de SP)

Agro paulista cresce 16,7% na China e fatura US$ 6,8 bilhões em 2025



Foto/Divulgação/Governo de SP

Página 2

Previsão do Tempo

Sexta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

29º C
19º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,25
Venda: 5,25

Turismo
Compra: 5,27
Venda: 5,45

EURO

Compra: 6,08
Venda: 6,08

Esporte

R9 Competições inicia temporada em Campo Grande

A Copa Truck inicia neste final de semana a temporada de 2026, com a etapa marcada para o Autódromo Internacional Orlando Moura, em Campo Grande (MS). Equipe atual tricampeã, a R9 Competições parte para a disputa em busca da manutenção da hegemonia na categoria Pro, e luta para brigar pelo título também na classe Elite.

Na temporada deste ano, a R9 Competições contará com oito pilotos no grid. Na Pro, correrão Beto Monteiro, Danilo Alamini, Felipe Giaffone e Thiago Rizzo. Já pela Elite, os pilotos são Nic Giaffone, Rafa Lopes, Ricardo Alvarez e Vinicius Palma.

Para Campo Grande, que pelo terceiro ano seguido recebe a etapa de abertura do principal campeonato de caminhões do País, a expectativa da equipe é positiva, já que na última passagem pela "Cidade Morena", o time venceu corridas nas duas categorias.

"Vamos para a etapa de abertura com boas expectativas. Na Pro, vencemos corridas em Campo Grande nos últimos dois anos, e também ganhamos na Elite ano passado. Confio no nosso time de pilotos e estamos animados para começar o campeonato pensando em vitórias e pódios", diz Renato Martins, fundador da R9 Competições.

Foto/ Serjão Soares

Nic *e Felipe Giaffone*

A programação da Copa Truck em Campo Grande será iniciada já na quinta-feira, com o shakedown, marcado para 16h. Os treinos livres ocorrem na sexta-feira, enquanto o sábado terá mais um ensaio e a classificação, às 13h40. A primeira etapa do campeonato será disputada às 12h10, pelo horário de Brasília (11h10 pelo horário local), com transmissão de Band e YouTube.

Suzuki aproveita bem os treinos extras e elogia início de trabalho com a Scuderia Bandeiras

Foto/ Duda Barros

Suzuki *acelera no Circuito dos Cristais*

Ano novo, casa nova e a mesma determinação de anos anteriores para brigar pelo título da temporada 2026 da Stock Car. Rafael Suzuki já iniciou o trabalho na pista com a Scuderia Bandeiras e seu novo Chevrolet Tracker #8 durante os treinos extras antes da primeira etapa do ano, em Curvelo (MG).

Foram 40 voltas nos 4.420 metros do Circuito dos Critais nesta quarta-feira, se colocando sempre dentro ou próximo do top-10 nas três sessões do dia.

"Foi um bom começo, com boa quilometragem e pouquíssimos contratempos. Colhemos muitos dados pensando já na sexta-feira, dia do treino classificatório, e nas corridas de sábado e domingo também", disse Suzuki, elogiando o clima nos primeiros momentos com a Scuderia Bandeiras. "O entrosamento e o ambiente com o time estão bem legais. Estou feliz com tudo", completou Suzuki, que soma quatro vitórias, sete poles e 14 pódios em sua trajetória na Stock Car.

Nos últimos três anos, Rafael Suzuki foi presença constante entre os primeiros do campeonato, chegando às finais de 2023 e 2024 na briga pelo título e terminando no top-10 da classificação geral nas três temporadas mais recentes, feito alcançado por apenas três pilotos entre os cerca de 30 do grid da principal categoria do país.

Suzuki e os demais 33 carros do grid da Stock Car voltam à pista na sexta-feira para dois treinos livres e o treino classificatório, às 16h10. A corrida sprint será no sábado, às 10h10, e a prova principal, no domingo, às 16h10. A Band e o canal oficial da Stock Car no Youtube transmitem.

Agro paulista cresce 16,7% na China e fatura US$ 6,8 bi em 2025

Principal destino comercial do agronegócio paulista, a China tem uma participação de 24% nas exportações, em geral. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA), em 2025, foram mais de US$ 6,8 bilhões nas transações financeiras, com um crescimento no valor que chega a 16,7%, em comparativo ao ano anterior.

Na balança comercial, o mercado chinês ficou à frente de países da União Europeia (US$ 4,1 bilhões); os Estados Unidos (US$ 3,5 bilhões) e a Índia (US$ 904,4 milhões). Para o secretário da SAA, Geraldo Melo Filho, o país asiático lidera o ranking dos que mais importam os produtos agrícolas de São Paulo, porém, o setor vem diversificando cada vez mais os acordos bilaterais.

"Os dados reforçam não apenas o peso da China como parceira comercial, mas também a forte inserção do agro paulista no mercado internacional. Quando analisamos os principais produtos da nossa pauta de exportação, ela aparece como o principal destino em todos eles. O desafio agora é continuar abrindo novos mercados para consolidar relações comerciais e ampliar ainda mais a presença do agro paulista no cenário global", ressaltou Geraldo Melo Filho.

Dos produtos agrícolas de São Paulo enviados ao mercado chinês, o mais rentável, em 2025, ficou com o setor de carne (US$ 2 bilhões), com um aumento financeiro de 24,6%. Enquanto, os complexos de soja (US$ 1,6 bilhão), e sucroalcooleiro (US$ 1,2 bilhão), segundo e terceiro colocados, tiveram uma elevação, no período, de 12% e 24%, respectivamente. "Os quatro principais produtos da nossa pauta de exportação, a China lidera o setor sucroalcooleiro, 18%, o setor de carnes, 29,8%, o complexo soja, 22,8% e nos produtos florestais 17%, ou seja, é um parceiro muito estratégico para o agro paulista", reforçou o diretor da Diretoria de Pesquisa do Agronegócios (APTA) da SAA, Carlos Nabil.

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), Roberto Perosa, destaca o resultado positivo, perante as adversidades enfrentadas pela cadeia produtiva. "Mesmo com um cenário mais desafiador, marcado por questões geopolíticas e pela menor produção de carne em vários países. a carne bovina brasileira, hoje, chega a 177 países, o que ajuda a sustentar o ritmo dos embarques e a presença do produto nos principais mercados", afirmou Roberto Perosa.

Enquanto, o pesquisador do IEA, Celso Vegro, reforça principalmente a entrada de café no mercado chinês (5,6 mil toneladas). "Apesar de ser uma nação consumidora de chá, as exportações da bebida brasileira já colocaram a China, em 2025, entre os 10 maiores clientes do produto. Em breve, o país se consolidará como um dos principais clientes nos próximos anos, devido ao aumento do consumo per capita que saiu de 4 a 5 xícaras em 2020 para 16 a 22 xícaras em 2025", ressaltou o pesquisador, Celso Vegro.

Para o diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, (Cecafé), Marcos Matos, o país asiático é um mercado estratégico, com expressivo potencial de crescimento no consumo de café. "A bebida vem conquistando cada vez mais espaço, inicialmente, entre os jovens, mas também, em outras faixas etárias atualmente, englobando chineses adeptos a um estilo de vida urbano e interessados em novidades, sendo associada a conveniência, socialização e status", frisou o diretor do Cecafé.

Vale destacar que um dos principais motivos do crescimento do café paulista no mercado chinês deve-se à expansão acelerada da cafeteria chinesa Luckin Coffee. Fundada em Pequim, em 2017, a empresa cresceu expressivamente no último ano, ao saltar de 8 mil lojas no início de 2023, para 20 mil, atualmente, em toda a China, conta Fernando Maximiliano, analista de mercado de café da StoneX.

E os exportadores brasileiros conseguiram aproveitar esta oportunidade de negócio. "Hoje, 50% de todo o café que a Luckin Coffee compra é só do Brasil. O resto é dividido com outros países", diz o diretor-geral do Cecafé, Marcos Matos. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Apenas vereadores(as) que vão disputar eleições pra ALESP e Câmara Deputados(as) podem trocar de partido [especialmente se forem pro recém-fundado Missão do MBL]. Os(as) demais, só se os 2 partidos concordarem

.

PREFEITURA (São Paulo)
Ricardo Nunes segue tendo cada vez mais voz nos MDBs que não querem andar ao lado do Lulismo (dono do PT) no 1º turno. São 17 diretórios que optaram por alguma liberdade em votarem em outros candidatos

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Aberta a 'janela da infidelidade', deputados e deputadas já podem trocar de partido sem correr o risco de perder a cadeira pela reeleição, ou uma cadeira na Câmara Deputados(as), Senado ou cargos no Executivo

.

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio Freitas (Republicanos) segue observando muito, falando relativamente pouco e preparando comentários [sobre o 2º governo do Trump - USA] a partir de uma primeira grande vitória contra o Irã / Pérsia

.

CONGRESSO (Brasil)
Presidente da CPMI do INSS está aguardando que a Polícia Federal esclareça a morte de Mourão [sicário do agora preso Daniel Vorcaro caso banco Master] -aguarda que a PF esclareça ter se suicidado na PF

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Uma coisa é o Lula (dono do PT) achar que pode aconselhar o colega (USA) Trump em relação a algum acordo com o governo religioso de xiitas com interpretações do Islã. Outra coisa é ser um católico romano

.

PARTIDOS (Brasil)
Em função do maior caso de corrupções e crimes contra o povo e o Estado, cristãos e cristãs dirigentes nas legendas têm a obrigação espiritual de demonstrar que estão e continuarão buscando usar as Éticas do Cristo

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Antecipamos que estava na cabeça e no coração do cristão [protestante] e ministro (Supremo) André Mendonça "realizar a justiça possível". Mandou deixar preso 'temporariamente' o Daniel Vorcaro [caso do Banco Master]

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Porque, noutro tempo, éreis trevas, mas, agora, sois luz no Senhor; andai como filhos da luz" **Efésios 5:8**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Feirão Casa Paulista oferece quase R$ 3 milhões em subsídios para compra do primeiro imóvel em diferentes municípios do Estado

O Governo de São Paulo vai disponibilizar aproximadamente R$ 3 milhões em subsídios para a nova edição do Feirão Casa Paulista, que acontece até o próximo domingo (08/03), em seis municípios de diferentes regiões do território paulista.

Serão oferecidas, ao todo, 253 novas cartas de crédito imobiliário concedidas a fundo perdido para famílias que desejam adquirir o primeiro imóvel nos municípios de Altinópolis, Brodowski, Monte Alto, Morro Agudo, Novo Horizonte e São Paulo. O valor das cartas de crédito varia entre R$ 10 mil e R$ 16 mil.

Foto/Divulgação/Governo de SP

Serão *oferecidas 253 novas cartas de crédito imobiliário, concedidas a fundo perdido para famílias que desejam adquirir o primeiro imóvel*

Edição prorrogada

Os municípios de Araraquara, Campinas, Itú, Marília e São José do Rio Preto foram contemplados com o Feirão no final de semana anterior. O evento foi prorrogado e as famílias que não puderem comparecer, terão nova oportunidade. A proponente continuará com os atendimentos entre os dias 05 e 08 de março, nos endereços e horários da última edição.

Regras para acessar as Cartas de Crédito Imobiliário

Para participar, é necessário atender aos requisitos do programa Casa Paulista – Carta de Crédito Imobiliário:

Possuir renda familiar de até três salários-mínimos;

Não possuir imóvel no próprio nome;

Não ter financiamento imobiliário ativo;

Não ter sido beneficiado por outro programa habitacional.

O evento segue as regras estabelecidas na resolução publicada em 1º de setembro. Os feirões são organizados por entidades proponentes, que podem ser prefeituras, associações do setor habitacional ou empresas (individualmente ou em consórcios).

Os interessados devem encaminhar o Termo de Adesão para a SDUH, exclusivamente pelo e-mail: feirao@casapaulista.sp.gov.br.

Nova fase

Após um período de análises e balanços, os Feirões Casa Paulista foram retomados no final de janeiro, com a publicação de novo chamamento para empresas interessadas. A primeira etapa apresentou resultados expressivos: entre setembro e dezembro de 2025, foram emitidas 4.507 cartas de crédito, com investimento estadual de R$ 32,7 milhões em subsídios, contemplando 241 empreendimentos em 13 regiões administrativas do Estado, consolidando o feirão como um instrumento eficaz de acesso à moradia para famílias de até três salários mínimos.

Para esta nova fase de retomada, a SDUH estabeleceu critérios rigorosos de priorização para garantir a agilidade das entregas. Terão preferência os empreendimentos com previsão de entrega das chaves ainda em 2026. Além disso, os imóveis devem possuir no mínimo dois dormitórios e estar devidamente contratados junto à Caixa Econômica Federal até a data final da realização do feirão. As entidades organizadoras interessadas, sejam elas prefeituras, associações ou empresas privadas, devem encaminhar o Termo de Adesão exclusivamente pelo e-mail feirao@casapaulista.sp.gov.br.

O evento segue as normas da Resolução SDUH nº 43, de 22 de agosto de 2025. Durante os feirões, as construtoras podem ofertar tanto unidades de empreendimentos já cadastrados quanto novos projetos que recebem aporte pontual para o evento, desde que utilizem financiamento via FGTS. Após o encerramento das atividades, as empresas têm o prazo de cinco dias úteis para enviar à SDUH um relatório detalhado contendo as informações das famílias atendidas e das unidades negociadas, subsidiando a autorização para a liberação dos recursos.

Impacto do programa

Desde o início da atual gestão, o Casa Paulista já entregou 46,9 mil moradias na modalidade CCI, com aporte de R$ 573,8 milhões e impacto de aproximadamente R$ 24,9 bilhões na economia. Outros 56,2 mil imóveis seguem em produção, com aporte de R$ 716,3 milhões.

Os subsídios demonstram o compromisso do Governo de São Paulo em ampliar o atendimento habitacional e priorizar as famílias que mais necessitam de apoio do Estado. Levantamento da SDUH mostra que, em empreendimentos participantes do programa, a renda média das famílias beneficiadas com os subsídios estaduais é de R$ 2,8 mil, equivalentes a 1,87 salário-mínimo em 2025. Nos mesmos empreendimentos, a renda média dos compradores que não utilizam o cheque do Casa Paulista é de R$ 5,2 mil (3,44 salários-mínimos), evidenciando o impacto social do benefício. (Governo de SP)

SP apresenta portfólio de R$ 15 bi em projetos turísticos no III Fórum Internacional de Investimentos

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo e Viagens (Setur-SP) e com o apoio da InvestSP, realizou na quarta-feira (4) a terceira edição do Fórum Internacional de Investimentos em Turismo. O evento, sediado na capital paulista, reuniu cerca de 250 participantes, entre investidores, instituições financeiras, empresários e gestores públicos, com o objetivo de apresentar um portfólio composto por mais de 70 projetos que somam aproximadamente R$ 15 bilhões em oportunidades de investimento em diversas regiões do Estado.

A iniciativa reforça o posicionamento de São Paulo como hub estratégico de investimentos no Brasil, conectando projetos estruturados ao mercado financeiro e ampliando a participação do setor na economia paulista. O foco do encontro é gerar conexões diretas entre empreendedores e fontes de capital, estimulando novos negócios e parcerias de longo prazo.

Para o secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, Roberto de Lucena, o turismo se consolidou como uma agenda econômica estratégica. "o Estado reúne projetos estruturados, segurança institucional e uma demanda turística consistente, o que cria um ambiente favorável e seguro para o investidor", destacou.

Os projetos apresentados durante o fórum contemplam segmentos variados, incluindo resorts, hotelaria urbana e de lazer, multipropriedade, parques temáticos, complexos turísticos integrados e centros de convenções. O portfólio também abrange equipamentos de entretenimento e infraestrutura logística, como intervenções aeroportuárias e portuárias. Uma parte significativa dessas iniciativas já se encontra em estágio avançado de estruturação, com estudos de viabilidade concluídos e modelagem financeira definida.

Um dos diferenciais desta edição é o fortalecimento da presença de agentes estruturadores e instituições financeiras como o BTG Pactual, Banco do Brasil Investment Banking, Santander, Safra Invest, DesenvolveSP, CAIXA, BNDES, CAF e UM Tourism. A programação contará com palestra magna, painéis técnicos sobre financiamento e rodadas de negócios que permitirão a aproximação direta entre o setor produtivo e o mercado de capitais.

Foto/Erik Ribeiro/Setur-SP

Secretário *de Turismo e Viagens fala durante o Fórum Internacional de Investimentos em Turismo, em São Paulo*

Promovido em parceria com a InvestSP e a Desenvolve SP, o fórum atua como um facilitador para que o turismo seja um vetor de desenvolvimento econômico e geração de empregos. A expectativa é que o evento gere desdobramentos comerciais nos próximos meses, com a formalização de parcerias e a estruturação financeira dos projetos apresentados, que continuarão a receber acompanhamento institucional e apoio técnico do Governo do Estado. (Governo de SP)

Desemprego fica em 5,4% no trimestre encerrado em janeiro de 2026

A taxa de desocupação do Brasil ficou em 5,4% no trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026, resultado que representa estabilidade frente ao período de agosto a outubro de 2025, que teve o mesmo percentual, o menor da série comparável, iniciada em 2012. Em relação ao trimestre móvel de novembro de 2024 a janeiro de 2025, quando atingiu 6,5%, há um recuo de 1,1 ponto percentual (p.p.).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal) PNAD-Contínua) foram divulgados nesta quinta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

De acordo com a pesquisa, cerca de 5,9 milhões de pessoas estavam desocupadas no país no trimestre encerrado em janeiro de 2026. Esse é o menor contingente de desocupados da série e ficou estável em relação ao trimestre anterior. Na comparação anual houve queda de 17,1%, o que equivale a 1,2 milhão de pessoas desocupadas a menos de um ano para o outro.

A população ocupada atingiu 102,7 milhões, o que também é o maior contingente da série comparável, permanecendo estável no trimestre e alta de 1,7%, ou seja, mais 1,7 milhão de pessoas no ano. O nível da ocupação, que é o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, chegou a 58,7%. Isso representa estabilidade no trimestre (58,8%) e elevação de 0,5 p.p., ou 58,2%, no ano.

Subutilização

Ao atingir 13,8% entre novembro de 2025 e janeiro de 2026, a taxa de subutilização da força de trabalho também ficou estável na comparação trimestral. Segundo o IBGE, esse é "o percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada". Ainda na mesma comparação trimestral, o percentual representa recuo de 1,8 p.p.

A população desalentada alcançou 2,7 milhões e de acordo com a PNAD Contínua foi outro dado que apresentou estabilidade no trimestre, sendo que no ano teve recuo de 15,2%, ou seja, menos 476 mil pessoas. No trimestre o percentual de desalentados chegou a 2,4% com estabilidade no trimestre e queda de 0,4 p.p. no ano (2,8%).

Esta é a parcela da população com pessoas em idade de trabalhar, de 14 anos ou mais, que embora tenham vontade de trabalhar e estão dispostas a isso, estão fora da força de trabalho por não procurarem uma vaga por acreditar que não conseguiriam e ainda por serem consideradas muito jovens/idosas, ou por falta de vagas na localidade.

Também no trimestre encerrado em janeiro de 2026, a força de trabalho, que são as pessoas ocupadas e desocupadas ficou estável ao atingir 108,5 milhões de pessoas, mas na comparação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior avançou 0,4%, ou mais 472 mil pessoas.

A coordenadora da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, afirmou que o crescimento da massa se dá do ponto de vista de um maior número de pessoas trabalhando com rendimentos maiores, diante do maior contingente dentro da ocupação com carteira de trabalho assinada, mas ainda naqueles que operam na informalidade, seja em atividades mais elementares com o referencial de rendimento muito atrelado ao salário mínimo, que tem registrado valorização acima da inflação nos últimos anos.

"O rendimento cresce tanto porque tem mais trabalhadores com vínculos mais estáveis, que seria a carteira de trabalho, como também dentro do segmento da informalidade. Esses trabalhadores informais também têm um crescimento do rendimento", informou, hoje, durante coletiva virtual para apresentação dos dados

"Essa amplitude, ou seja, crescimento no rendimento no espectro global da ocupação formal e informal contribuíram para que a massa tenha tido crescimentos sustentados e sucessivos ao longo desses últimos anos", pontuou.

No trimestre encerrado em janeiro de 2026, o rendimento real habitual de todos os trabalhos atingiu R$ 3.652. Com aumento de 2,8% no trimestre e 5,4% no ano, é o mais alto da série. Ainda conforme a pesquisa, a massa de rendimento real habitual, que ficou em R$ 370,3 bilhões, também é recorde. Subiu 2,9% no trimestre, o que significa mais R$ 10,5 bilhões e 7,3% mais R$ 25,1 bilhões no ano.

Adriana Beriguy avaliou que os resultados do trimestre encerrado em janeiro de 2026 indicam fundamentalmente estabilidade dos indicadores de ocupação.

"Embora a entrada do mês de janeiro tenta a reduzir o contingente de trabalhadores, muitas vezes devido à dispensa de temporários, os efeitos favoráveis de novembro e dezembro reduziram o impacto desse movimento sazonal", completou em texto divulgado pelo IBGE.

De acordo com o IBGE, a Pnad Contínua é a principal pesquisa sobre a força de trabalho do Brasil e abrange 211 mil domicílios, espalhados por 3.500 municípios e visitados a cada trimestre. "Cerca de dois mil entrevistadores trabalham nesta pesquisa, integrados às mais de 500 agências do IBGE em todo o país," diz Adriana Beriguy. (Agência Brasil)

Bancos farão aporte extra de R$ 32,5 bilhões no FGC até dia 25

Os bancos que integram o Sistema Financeiro Nacional vão fazer, até o dia 25, um aporte extra estimado em R$ 32,5 bilhões no Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A decisão foi tomada na quinta-feira (5) pelo Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos.

De acordo com o fundo, os recursos virão da antecipação de contribuições ordinárias feitas pelas instituições financeiras. O recolhimento corresponde ao equivalente a 60 meses de contribuições.

Em nota, o FGC afirmou que a medida busca reforçar a capacidade financeira da instituição. "A medida tem por finalidade assegurar a solidez patrimonial do FGC e garantir a plena capacidade de cumprimento de suas obrigações, em estrita observância à legislação vigente e às disposições estatutárias", informou o fundo.

Caso Banco Master

O reforço no caixa ocorre em meio aos pagamentos relacionados ao colapso do Banco Master. Até esta quinta-feira, o FGC desembolsou R$ 38,4 bilhões em garantias a credores do conglomerado financeiro.

Esse valor representa cerca de 94% do total previsto para indenizações. Segundo o fundo, aproximadamente 675 mil credores já receberam os pagamentos, o equivalente a 87% do número total de beneficiários.

Desconto no compulsório

A decisão do conselho do FGC ocorreu dois dias após o Banco Central (BC) autorizar os bancos a descontar do recolhimento compulsório os valores antecipados ao fundo. O compulsório é a parcela que as instituições financeiras são obrigadas a manter paradas no BC.

Na prática, a medida pode liberar cerca de R$ 30 bilhões para as instituições financeiras ao longo deste ano. A autoridade monetária, no entanto, explicou que a iniciativa não deverá ter impacto na economia, já que compensará os recursos que deixarão de circular em razão das contribuições antecipadas.

Plano emergencial

Em fevereiro, o FGC já havia aprovado um plano emergencial para cobrir o rombo deixado pelo Banco Master. O programa prevê a antecipação imediata do equivalente a cinco anos de contribuições futuras dos bancos associados, dividida em três parcelas mensais.

O cronograma também inclui novos adiantamentos ao longo dos próximos anos: mais 12 meses de contribuições em 2027 e outros 12 meses em 2028. Na prática, o conjunto das medidas pode representar até sete anos de contribuições antecipadas ao fundo. (Agência Brasil)

Governo Lula propõe comprar energia a carvão da J&F por R$ 12 bilhões

O governo do presidente Lula (PT) preparou um contrato de 15 anos para comprar energia a carvão do grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, por um valor 50,2% acima da média observada em leilões que usam o mesmo combustível.

O resultado é um preço de venda anual de R$ 859,7 milhões até 2040, o equivalente a mais de R$ 12 bilhões a valor presente.

A energia será gerada pela usina de Candiota, no Rio Grande do Sul de propriedade da Âmbar, subsidiária da J&F. Os detalhes foram colocados em consulta pública na última sexta-feira (27) pelo MME (Ministério de Minas e Energia) e estão sendo analisados por entidades do setor.

A compra se tornou obrigatória devido a um jabuti (trecho sem ligação com o tema) aprovado em 18 segundos pelos plenários da Câmara e do Senado no fim do ano passado. A lei resultante não faz referência à J&F, mas diz que termelétricas a carvão mineral com contrato vigente em 31 de dezembro de 2022 serão contratadas até dezembro de 2040 o que atende à usina do grupo.

Procurado, o grupo J&F não se manifestou.

Lula tinha o direito de vetar o trecho, mas o sancionou em decisão que contrariou o próprio discurso contra os fósseis na COP30 e a posição da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), que recomendou o veto. Com isso, a contratação se transformou em lei em novembro do ano passado.

O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) defendeu a manutenção do trecho da MP que previa a contratação. "Ainda precisamos dessas fontes energéticas para dar segurança ao sistema", disse no programa Roda Viva.

No documento colocado em consulta pública, o MME calculou a compra de energia de Candiota a um preço de R$ 540,27 por MWh (megawatt-hora). Com ajuda de especialistas, a reportagem comparou esse valor com a média verificada nos leilões de energia gerada a partir de carvão importado que, assim como a usina de Candiota, não recebe subsídios.

O preço proposto pelo MME para a usina da J&F fica 50,2% acima do valor médio de R$ 359,50 (valor já atualizado pela inflação) dos concorrentes que usam carvão importado, de acordo com dados consultados no site da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

O carvão importado tem poder calorífico maior, o que reduz os custos de geração. Por isso, a comparação com a usina de Candiota levanta questionamentos sobre a vantajosidade da contratação da unidade da J&F para o sistema energético e sobre as consequências para a conta de luz paga pela população.

Especialistas em energia têm dúvidas sobre os componentes usados pelo MME na formulação do preço e estão analisando o tema, que ficará por apenas cerca de uma semana em consulta pública. A iniciativa recebeu críticas nesta sexta de entidades ambientais, que lembram das consequências para o aquecimento global —já que o carvão é o combustível que mais emite gases de efeito estufa.

O MME afirmou à reportagem que a minuta de contrato atende à determinação da lei do fim do ano passado que estabeleceu a contratação da usina termelétrica de Candiota. "A legislação definiu as condições para essa contratação, incluindo diretrizes relacionadas a prazo, montantes e metodologia de formação do preço, tais como receitas para o custeio de combustível, operação e manutenção e modernização da usina", afirmou em nota.

De acordo com a pasta, os itens "seguem parâmetros específicos previstos em lei e distintos daqueles adotados em leilões competitivos de energia". "A consulta pública tem como objetivo garantir transparência e permitir contribuições da sociedade e dos agentes do setor sobre a minuta contratual antes da etapa final do processo", afirma o ministério.

Esta deve se tornar a segunda vez neste ano que o governo contrata usinas específicas a carvão em decorrência de leis aprovadas pelo Congresso. Como mostrou a Folha de S.Paulo, processo similar ocorreu com uma usina em Santa Catarina da Diamante Energia empresa de Pedro Grünauer Kassab, sobrinho de Gilberto Kassab (presidente do PSD e aliado do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira).

Além disso, o governo prepara um leilão de energia que abre espaço para usinas termelétricas a carvão, a despeito das críticas de ambientalistas e do posicionamento do Ministério do Meio Ambiente contrário ao uso do combustível.

No caso da usina da J&F, a previsão de contratação foi inserida em uma MP (medida provisória) enviada pelo governo com mudanças no setor de energia. Durante a tramitação no Congresso, o relator do texto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), acatou a emenda que beneficiaria a empresa.

A proposta para a J&F foi aprovada com contestações de poucos parlamentares, em comissão mista presidida por Fernando Bezerra Coelho (União-PE) –alvo de uma operação da Polícia Federal nesta semana sobre execução de emendas. Na época, o deputado Marcel van Hatten (Novo-RS) criticou o benefício e disse que essas negociações acontecem "sabe-se lá como nos bastidores do Congresso" e privilegiam os "bolsos das mesmas pessoas".

Braga declarou na época que inseriu a medida no texto atendendo a um apelo de políticos do Sul como o autor da emenda, o senador Esperidião Amin (PP-SC). "Recebi a bancada do Sul, o prefeito de Candiota, e vi um prefeito literalmente ir às lágrimas [pedindo a retomada da usina]", afirmou o relator. (Folhapress)

Empresas com licença-paternidade de até 180 dias adaptam equipes e escalas; veja exemplos

Quando Victoria, filha de Rafael Mendes, 30, nasceu em 2024, o pai era analista de compras na Zup, empresa de tecnologia que faz parte do grupo Itaú Unibanco. Ele tirou uma licença-paternidade de 90 dias, metade no nascimento e metade quando a mãe voltou da licença-maternidade, e acompanhou a criança durante sua adaptação à creche.

"Não perdi nenhuma oportunidade. Acompanhei todas as consultas e primeiras vezes dela", diz. Mendes recebeu uma proposta de emprego que pagava mais do que seu salário na Zup, mas o fator-chave que o fez ficar foi a licença. Quando retornou ao trabalho, foi promovido para coordenador de compras.

A ampliação da licença-paternidade de cinco para 20 dias, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2025, passou pelo Senado na quarta-feira (4) e agora segue para sanção do presidente Lula (PT).

Empresas como Rhodia, Novartis, Volvo, Grupo Boticário, Reserva e L'Oreal já adotam licenças que variam entre 45 e 180 dias de afastamento.

Dentre as estratégias estão modelos de substituição temporária e redistribuição de tarefas entre equipes, muitas vezes com apoio de contratações pontuais. Outra prática comum é o fracionamento da licença, que pode facilitar o planejamento corporativo e também o familiar, como no caso de Rafael.

"No caso de papéis de liderança, há um preparo prévio do time ou de outra pessoa para liderar. E a licença aumenta nossa vantagem competitiva para o mercado de trabalho", diz Isabella Fernandes, especialista de RH na Zup. Desde a criação da licença-paternidade na empresa, em janeiro de 2023, foram beneficiados mais de 280 colaboradores, de um total de 3.000 funcionários.

LICENÇA PODE SER IGUALITÁRIA PARA HOMENS E MULHERES

Pedro Duarte, 36, é gerente de conta na Rhodia, do grupo químico Solvay, e adotou um filho com seu marido em 2024. O menino, Antônio, já tinha quase 7 anos, e por isso Duarte precisou ficar em Joinville (SC), local de origem do filho, durante um mês de adaptação requerido por lei. A licença de 16 semanas ajudou na transição.

"Recebemos o telefonema da adoção e tivemos que ajustar muitas coisas de um dia para o outro. O Antônio veio com uma série de questões para ressignificar. Além disso, ele é neurodivergente, então o acompanhamos em diversos médicos", conta.

A Rhodia tem a licença parental, disponível para qualquer adulto responsável por crianças, adotivas ou biológicas, independentemente do gênero ou orientação sexual. Cem colaboradores já usufruíram do benefício desde 2021, e a substituição é planejada caso a caso.

Leonardo Luccisano, 38, é gerente de operações de espaço de trabalho digital na farmacêutica Novartis e, no ano passado, quando seu primeiro filho nasceu, teve direito a 180 dias de licença-paternidade. Ele também fatiou benefício: 90 dias no nascimento, 90 dias depois que sua esposa retornou ao trabalho.

"Fez toda a diferença. Minha esposa teve complicações após o parto, e estar disponível para apoiá-la, cuidar dela e do nosso bebê em um período tão sensível foi essencial", diz.

A Novartis adota a licença parental de 180 dias desde 2020, junto com iniciativas como trabalho híbrido e auxílio-creche. Segundo a empresa, não há prejuízos. "Pelo contrário. Colaboradores que se sentem apoiados em momentos importantes da vida pessoal tendem a demonstrar maior engajamento, produtividade e motivação", diz Aline Almeida, gerente de pessoas e organização.

COMO ADOTAR A LICENÇA ESTENDIDA NA MINHA EMPRESA?

As três empresas entrevistadas usufruem do Programa Empresa Cidadã, criado em 2008 pelo governo para incentivar empregadores a estenderem a licença-maternidade e paternidade de seus funcionários, oferecendo incentivos fiscais em troca.

O programa permite que empresas deduzam do Imposto de Renda o valor pago durante a prorrogação da licença-maternidade (de 120 para 180 dias) e da licença-paternidade (de 5 para 20 dias). As empresas ouvidas oferecem os cinco dias da legislação, mais os 15 dias da Empresa Cidadã e o restante por conta própria.

Atualmente, é a própria empresa que cobre financeiramente todo o período de afastamento do pai. Caso o projeto aprovado na Câmara passe pelo Senado e pela sanção do presidente sem alterações, quem deverá cobrir o valor dos primeiros 20 dias é a Previdência Social.

Para participar do Empresa Cidadã, a companhia deve ser tributada pelo lucro real e se cadastrar no site da Receita Federal, até dois dias úteis após o parto, no caso da licença-paternidade, e até o final do primeiro mês após o parto, no caso da licença-maternidade.

Daniel Ribeiro, sócio da área trabalhista do VLF Advogados, explica que empresas que queiram oferecer mais dias de licença podem fazê-lo por meio de acordo individual formalizado por escrito, indicando o número de dias adicionais e mantendo o pagamento integral do salário.

Balança comercial tem quarto melhor resultado para fevereiro

Beneficiada pela queda das importações e pelo crescimento das vendas de petróleo, a balança comercial registrou o quarto maior superávit para meses de fevereiro desde o início da série histórica, divulgou na quinta-feira (5) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). No mês passado, as exportações superaram as importações em US$ 4,208 bilhões, contra déficit de US$ 467 milhões no mesmo mês de 2025.

Em fevereiro do ano passado, o déficit registrado deve-se à importação de uma plataforma de petróleo. A operação não se repetiu em fevereiro deste ano, fazendo a balança voltar a ficar no positivo.

O resultado da balança comercial para meses de fevereiro só perde para 2024 (superávit recorde de US$ 5,13 bilhões), 2022 e 2017.

O valor das exportações e das importações ficou o seguinte:

Exportações: US$ 26,306 bilhões, alta de 15,6% em relação a fevereiro do ano passado;

Importações: US$ 22,098 bilhões, queda de 4,8% na mesma comparação.

No caso das exportações, o montante é o maior para meses de fevereiro desde o início da série histórica, em 1989. As importações registraram o segundo melhor fevereiro da série, só perdendo para o mesmo mês do ano passado.

Acumulado

Nos dois primeiros meses do ano, a balança comercial registra superávit de US$ 8,023 bilhões. O valor é 329% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, influenciado pela importação de plataforma de petróleo, e o segundo mais alto para o período, só perdendo para janeiro e fevereiro de 2024.

A composição ficou a seguinte:

Exportações: US$ 50,922 bilhões, alta de 5,8% em relação ao registrado no mesmo período do ano passado;

Importações: US$ 42,898 bilhões, queda de 7,3% na mesma comparação.

Setores

Na distribuição por setores da economia, as exportações em janeiro variaram da seguinte forma:

Agropecuária: +6,1%, com alta de 1,7% no volume e de 4,4% no preço médio;

Indústria extrativa: +55,5%, puxado pelo petróleo, com alta de 63,6% no volume e queda de 3,5% no preço médio;

Indústria de transformação: +6,3%, com alta de 4% no volume e de 0,8% no preço médio.

Produtos

Os principais produtos responsáveis pela alta das exportações em janeiro foram os seguintes:

Agropecuária: soja (+15,5%); frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+33,9%); e milho não moído (+8%);

Indústria extrativa: óleos brutos de petróleo (+76,5%); minério de ferro e concentrados (+20,9%); e minérios de cobre e concentrados (+131,2%);

Indústria de transformação: carne bovina (+41,8%); produtos semiacabados de ferro ou aço (+89,7%); e ouro não monetário, excluindo minérios de ouro (+71,9%).

Em relação ao petróleo bruto, a alta nas exportações chega a US$ 1,622 bilhão em relação a fevereiro de 2025. Tradicionalmente, as vendas de petróleo registram forte variação mensal por causa da manutenção programada de plataformas.

No que se refere às importações, a queda está vinculada ao gás natural e à desaceleração da economia, com a diminuição dos investimentos.

Na divisão por categorias, os principais produtos são os seguintes:

Agropecuária: trigo e centeio não moídos (-65,5%); e látex e borracha natural (-38,9%);

Indústria extrativa: gás natural (-50,8%); e outros minérios de minerais em base (-15,8%);

Indústria de transformação: motores e máquinas não elétricos (-70,5%); plataformas e embarcações (-8,3%); e inseticidas (-44,5%).

Projeções

Para este ano, o Mdic projeta superávit comercial de US$ 70 bilhões a US$ 90 bilhões. As exportações deverão encerrar o ano entre US$ 340 bilhões e US$ 380 bilhões; e as importações, entre US$ 270 bilhões e US$ 290 bilhões.

As projeções oficiais para a balança comercial são atualizadas trimestralmente. Segundo o Mdic, novas estimativas mais detalhadas sobre exportações, importações e saldo comercial de 2026 serão divulgadas em abril. No ano passado, a balança comercial registrou superávit de US$ 68,3 bilhões. O recorde de superávit foi registrado em 2023, quando o resultado positivo ficou em US$ 98,9 bilhões.

As estimativas do Mdic estão mais otimistas que a das instituições financeiras. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com analistas de mercado, a balança comercial encerrará o ano com superávit de US$ 68,63 bilhões. (Agência Brasil)

Pais precisarão de autorização judicial para monetizar conteúdo com filhos nas redes, decide ECA digital

O decreto do ECA Digital (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente) prevê que plataformas e fornecedores de serviços digitais deverão exigir autorização judicial prévia para permitir a monetização ou o impulsionamento de conteúdos produzidos por crianças e adolescentes.

A regra também se aplica a publicações que exponham de forma recorrente a imagem ou a rotina de menores, mesmo quando o material for produzido ou divulgado pelos próprios pais ou responsáveis. Caso a autorização judicial não seja apresentada, as plataformas deverão suspender imediatamente a monetização ou o impulsionamento do conteúdo.

Essa é uma das previsões da minuta do decreto que regulamenta a nova lei aprovada pelo Congresso para estabelecer regras de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. A norma entra em vigor em 17 de março.

O texto, no entanto, ainda pode sofrer alterações até a publicação.

A proposta começou a tramitar no Legislativo em 2022, mas ganhou impulso após a viralização de um vídeo do influenciador Felca que expôs situações de exploração infantil na internet. O debate passou a ser associado ao fenômeno conhecido como "adultização".

O texto também define o que são conteúdos, produtos ou serviços impróprios ou inadequados, diferenciando-os daqueles que são proibidos.

Os conteúdos considerados impróprios ou inadequados são aqueles que podem representar riscos à privacidade, à segurança, à saúde ou ao desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, de acordo com os critérios da classificação indicativa.

Para disponibilizá-los, os fornecedores devem cumprir três requisitos:

- seguir a política de classificação indicativa;
- adotar medidas técnicas de segurança proporcionais à faixa etária;
- oferecer ferramentas efetivas de supervisão e bloqueio para responsáveis legais.

Já os conteúdos proibidos são aqueles cujo acesso, disponibilização ou consumo é expressamente vedado por legislação específica.

Quando o conteúdo ou serviço é proibido por lei para menores, o fornecedor tem o dever de implementar mecanismos eficazes de verificação de idade e impedir efetivamente o acesso ou consumo.

A ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) será responsável por definir o modelo e as etapas de implantação das soluções de aferição de idade.

O texto estabelece que a adoção dessas tecnologias deverá seguir os princípios de proporcionalidade, acurácia e segurança. Também determina que o tratamento de dados pessoais seja limitado ao mínimo estritamente necessário para a confirmação da idade.

A minuta do decreto também lista de forma explícita conteúdos e serviços proibidos para crianças e adolescentes. Entre eles estão armas, munições e explosivos, incluindo a venda de simulacros ou brinquedos que possam ser confundidos com armas reais, bebidas alcoólicas, cigarros eletrônicos e vapes, substâncias que causem dependência física ou psíquica, fogos de artifício de alto risco, jogos de azar, apostas e loterias, além de caixas de recompensa em jogos eletrônicos.

Também ficam vedados conteúdos pornográficos, serviços de acompanhantes e aplicativos de relacionamento com finalidade sexual.

Para setores como apostas e pornografia, o decreto determina que as empresas impeçam a criação de contas por menores de idade e removam perfis já existentes operados por crianças ou adolescentes.

O texto também estabelece que quem vende ou intermedeia produtos proibidos, como armas ou bebidas alcoólicas, deve verificar a idade no cadastro ou no momento da compra, sendo vedada a autodeclaração.

Se uma rede social permitir conteúdos ou anúncios proibidos para menores, ela deve ou criar uma versão livre desse conteúdo (onde a aferição de idade é dispensada) ou adotar mecanismos efetivos de aferição de idade para a versão principal.

Jogos eletrônicos que utilizam mecanismos de apostas internas devem obrigatoriamente exigir verificação de idade para impedir o acesso de crianças. Caso o jogo ofereça uma versão sem essa funcionalidade para menores, a verificação de idade torna-se dispensável para essa versão específica.

O texto também cria um Comitê Intersetorial, instância permanente para coordenar, monitorar e avaliar a Política Nacional, com participação de diversos ministérios, da ANPD, do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e mecanismos de participação social.

Além disso, cria, no âmbito da Polícia Federal, Centro Nacional de Triagem de Notificações para processar denúncias de crimes graves, como exploração sexual, sequestro e ameaças de violência extrema em escolas.

Até que o Centro Nacional de Triagem de Notificações tenha sua estrutura regimental aprovada, a Polícia Federal contará com o apoio técnico, administrativo e financeiro do Ministério da Justiça e Segurança Pública através de forças-tarefa ou profissionais mobilizados especificamente para esse fim.

O decreto obriga ainda os provedores a removerem imediatamente, sem necessidade de ordem judicial, conteúdos que violem direitos de crianças quando a denúncia for feita pela vítima, Ministério Público, autoridades policiais ou entidades da sociedade civil habilitadas. (Folhapress)

Aprovados na primeira edição do CNU podem ser chamados até 2027

O governo decidiu prorrogar por 12 meses o prazo de validade da primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPU), conhecido como o "Enem dos Concursos".

O edital com a decisão está publicado na edição da quinta-feira (5) do Diário Oficial da União.

Com a medida, os cargos que não exigem curso de formação, cuja homologação ocorreu em 7 de março de 2025, o prazo de validade do concurso passa a vigorar até 6 de março de 2027.

Para os cargos que exigem curso de formação ou prova didática, a nova data de validade varia de acordo com o momento em que cada resultado foi homologado. Nesses casos, os prazos atualizados vão de abril a setembro de 2027.

De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a prorrogação permite que os órgãos federais tenham mais tempo para convocar candidatos aprovados, tanto para vagas imediatas quanto para eventuais reposições ou novas autorizações de provimento durante o período de validade do concurso.

O concurso de 2024 ofertou 6.640 vagas para 21 órgãos da administração pública federal.

O certame serviu ainda para formar cadastro reserva de mais de 13 mil candidatos classificados.

Os salários básicos iniciais dos aprovados variam de R$ 4.407,90 a R$ 22,9 mil, conforme o cargo. (Agência Brasil)

ANP autua Petrobras por falhas em sonda da Foz do Amazonas, e multa pode chegar a R$ 2 mi

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) emitiu auto de infração contra a Petrobras por falhas na operação da sonda ODN-2, que perfura o primeiro poço em águas profundas na bacia da Foz do Amazonas.

Alvo de um dos mais conturbados processos de licenciamento ambiental do país, a perfuração do poço foi interrompida no início de janeiro após derramamento de fluido no mar. A ANP, porém, diz que a autuação não tem relação com o incidente.

Ela ocorreu porque vistoria na embarcação identificou desvios em planos e procedimentos para teste de inspeção e manutenção de bombas de combate a incêndio. "Tal desvio foi classificado como não conformidade crítica", disse, em nota, a agência.

A falha foi identificada em fiscalização realizada na sonda na primeira semana de fevereiro, com o objetivo de verificar o sistema de gerenciamento de segurança da embarcação. A vistoria detectou outras não conformidades e deu prazo para que a Petrobras as corrija.

Com relação ao auto de infração, diz a ANP, a Petrobras tem um prazo para apresentação de defesa e, depois, o processo será julgado pela diretoria do órgão regulador. Se condenada, a Petrobras pode pagar multa entre R$ 500 mil e R$ 2 milhões.

A estatal disse em nota que a decisão da agência se baseia em registros documentais, não em testes práticos. "A Petrobras atuará junto à ANP para aprimorar os processos de documentação e registro, e entende que não há fundamento para aplicação de multa à companhia", afirmou.

Em fevereiro, a Petrobras foi multada em R$ 2,5 milhões pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), pela descarga de 18,44m³ de fluido de perfuração de base não aquosa (mistura oleosa) no mar, oriunda do NS-42.

O fluido de perfuração é uma mistura de produtos utilizada durante o processo de perfuração de poços nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

De acordo com o Ibama, o líquido descarregado acidentalmente no mar pela Petrobras contém componentes classificados na categoria de risco B, o que representa risco médio tanto para a saúde humana quanto para o ecossistema aquático.

Após o acidente, a petroleira, por sua vez, afirmou que o material é biodegradável e não causa impactos ambientais.

Batizado de Morpho, o primeiro poço em águas profundas da bacia da Foz do Amazonas é acompanhado de perto pelo setor de petróleo, que vê na região perspectivas de renovação das reservas brasileiras de petróleo após o declínio do pré-sal.

Organizações ambientalistas, por outro lado, acusam o governo de incoerência ao permitir a busca por mais combustíveis fósseis ao mesmo tempo em que apresenta o país como liderança na transição energética. (Folhapress)

Taxa de informalidade cai no mercado de trabalho, mostra IBGE

A taxa de informalidade atingiu no trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026 o menor patamar desde o trimestre encerrado em julho de 2020, registrando 37,5%, o que representa 38,5 milhões de trabalhadores informais.

No trimestre móvel anterior, tinha registrado 37,8%, e no mesmo trimestre de 2024, 38,4%.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (Pnad Contínua) divulgados na quinta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A coordenadora da Pnad Contínua, Adriana Beringuy, disse que a informalidade vem em queda desde 2022, com aceleração da trajetória a partir de 2023.

A explicação para a queda nesse trimestre, segundo a coordenadora, é a associação da retração da taxa com a tendência de queda do emprego sem carteira no setor privado, além da expansão da cobertura de registro no CNPJ dos trabalhadores por conta própria.

Embora tenha ressalvado que em 2020 a informalidade registrou queda significativa por causa da pandemia, porque as pessoas pararam de trabalhar, Adriana Beringuy avalia que o momento atual é o de melhor qualidade do emprego existente em toda a série do IBGE.

"Se eu tirar a observação da pandemia, sim [esse], é o menor indicador de taxa de informalidade da série comparada", disse durante entrevista para a apresentação dos dados.

O menor patamar da informalidade no emprego foi em junho de 2020, de 36,6%.

De acordo com Adriana Beringuy, a retração mais importante foi o segmento dos sem carteira de trabalho.

Atualmente a população ocupada do mercado de trabalho brasileiro segue estável como um todo, e seu ramo informal, embora também estável, visto que não chega a ter uma variação tão intensa, reduz um pouco mais.

Na avaliação da coordenadora, esse comportamento vai refletir mais adiante na elevação do rendimento do trabalhador.

"Essa composição tem permitido uma manutenção do rendimento do trabalhador em patamar mais elevado, justamente porque além de preservar quantitativamente os ganhos observados em 2025, entra no ano de 2026 com uma composição que assegura a manutenção do rendimento do trabalho que ficou em R$ 3.652", explicou.

Conforme a pesquisa, o rendimento real habitual de todos os trabalhos chegou a R$ 3.652, o mais alto da série, com aumento de 2,8% no trimestre de novembro de 2025 a janeiro de 2026, e de 5,4% na comparação anual.

O número de empregados no setor privado com carteira assinada, que exclui trabalhadores domésticos, ficou em 39,4 milhões, o que significa estabilidade no trimestre e avanço no ano de 2,1%, ou seja, mais 800 mil pessoas com carteira assinada.

Também ficou estável tanto no trimestre quanto no ano o total de empregados sem carteira no setor privado, que chegou a 13,4 milhões.

A estabilidade no trimestre está presente também no contingente de trabalhadores por conta própria, com 26,2 milhões, mas na comparação anual avançou 3,7%, ou mais 927 mil pessoas.

O número de trabalhadores domésticos (5,5 milhões) também ficou estável no trimestre, no entanto, apresentou recuo de 4,5% no ano, com menos 257 mil pessoas.

Para a coordenadora do Pnad, os indicadores são bastante coerentes, e as grandes formas de inserção na ocupação, seja com carteira de trabalho, sem carteira e por conta própria, operam na estabilidade, apesar de estarem em alta na comparação anual. "Dado que a população ocupada agora é muito maior do que há um ano, todas essas formas de inserção no confronto anual se mostram crescentes significativamente", disse.

Entre os grupamentos de atividade, frente ao trimestre anterior, houve aumento de 2,8% no total de ocupados nos segmentos de Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas, ou seja, mais 365 mil pessoas e de 3,5% em Outros Serviços, ou mais 185 mil pessoas.

A indústria geral ficou em sentido contrário e apresentou recuo de 2,3%, menos 305 mil pessoas.

Na comparação anual, avançaram os grupamentos de Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas com 4,4% ou mais 561 mil pessoas.

O grupamento Administração pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais subiu 6,2%, ou mais 1,1 milhão de pessoas.

O grupamento de Serviços Domésticos registrou queda de 4,2%, ou menos 243 mil pessoas.

De acordo com o IBGE, a Pnad Contínua é a principal pesquisa sobre a força de trabalho do Brasil, e abrange 211 mil domicílios espalhados por 3.500 municípios visitados a cada trimestre.

Cerca de 2 mil entrevistadores trabalham nessa pesquisa, integrados às mais de 500 agências do IBGE em todo o país.

A partir de 17 de março de 2020, por causa da pandemia da covid-19, o IBGE adotou a coleta de informações da pesquisa por telefone. Em julho de 2021, voltou à forma presencial. (Agência Brasil)

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP correspondente à capital. Acesse a versão digital. Assinaturas e demais dúvidas pelo 2020-2020 ou 0800-021-2020. Anúncios classificados e publicações legais: 3222-1000. Fale conosco pelo e-mail: jornalodia@jornalodia.com.br. Ouvidoria: 3222-1000 ou ouvidoria@jornalodia.com.br. Acesse nossos produtos e serviços em: https://www.jornalodia.com.br/ Leia as demais publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodia.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Página 5

Continuação das Linhas e 1 de Ônibus da Capital

CNPJ/MF 29.938.085/0001-35

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: **1.1. Aos acionistas:** Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Neste exercício, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("Via Mobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada de Via Mobilidade, com sede em São Paulo, capital, tem como objeto a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linha 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo. A Linha 5 - Lilás é uma linha de metrô com 26 estações, 02 Pátios (Capão Redondo e Guido Caloi) e 04 Terminais integrados de ônibus (Capão Redondo, Campo Limpo, Giovanni Gronchi e Santo Amaro/Guido Caloi). A Linha 17 - Ouro é um monotrilho com extensão de 17,7 km, 18 estações elevadas e 01 Pátio (Aeroporto-Guarulhos). **1.3. Contrato de Concessão:** O contrato de concessão foi assinado em 5 de abril de 2018 e tem duração inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. A concessão foi desmembrada em 4 fases, sendo: **Fase Pré-Operacional:** - início-se a partir da assinatura do Contrato (5 de abril de 2018) e teve duração de 120 dias, tendo em vista que a Linha 5 - Lilás já se encontrava em operação pelo Metrô de São Paulo. Esse período ocorreu para a transição operacional entre o Metrô e a Via Mobilidade. **Fase I** - Início da operação comercial da Linha 5 completa (exceto Estação Campo Belo) e dos Terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. A Fase I, portanto, iniciou-se em 8 de agosto de 2018 com a entrada em operação das estações Capão Redondo e Moema, juntamente com os terminais de integração intermodal - Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. Em 31 de agosto de 2018 foi inaugurada a Estação AACD - Servidor e em 28 de setembro de 2018 foram inauguradas as estações Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin. **Fase II** - Início-se em 8 de abril de 2019, com a inauguração da Estação Campo Belo, resultando na operação comercial plena da Linha 5. **Fase III** - Anteriormente estava prevista para novembro de 2015, conforme contrato assinado, a Via Mobilidade deveria assumir a Linha 17, contemplando todas as Estações entre Congonhas/Jardim Aeroporto - Morumbi/CPTM. As obras estão sob atrasamento pelo Governo do Estado de São Paulo. A Concessionária começou a operar a partir do primeiro semestre de 2027. Ainda nesse contrato, temos um atrasamento previsto que é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 - Lilás com a estação Santo Amaro da Linha 9 - Esmeralda da CPTM, ocasionando dificuldade na com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança. Esta obra iniciou-se em 27 de janeiro de 2020 e foi concluída em maio de 2025. Em 30 de maio de 2025, foi celebrado, o Termo Aditivo nº 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, de acordo com as diretrizes acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em 26 de dezembro de 2023, foi celebrado, o Termo Aditivo nº 2 com o Poder Concedente, tendo como objeto exclusivamente o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da perda de receita tarifária provocada pela contabilização de demanda real trimestral em patamar inferior a 60% (sessenta por cento) da demanda projetada no período de 01 de janeiro de 2020 até o 1º trimestre de 2023, sendo eventual desequilíbrio contratual decorrente dos impactos da variação da demanda sobre os custos pertinentes à prestação do serviço concedido em razão da Pandemia de COVID-19. **Termo Aditivo nº 3:** Em 21 de junho de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo nº 3 com o Poder Concedente, estabelecendo diretrizes específicas para a elaboração dos estudos necessários à extensão da Linha 5 - Lilás até o bairro Jardim Ângela, abrangendo projetos complementares, como: a) Estudo de Impacto Ambiental - EIA e a utilização de áreas públicas e privadas, a fase de estudos está em andamento e a previsão de assinatura do Contrato é no primeiro semestre de 2026; O Termo visa viabilizar o início das obras em 2025, promovendo a alocação eficiente de riscos e a mitigação de atrasos, garantindo maior eficiência no processo de execução e assegurando benefícios à mobilidade urbana e à qualidade de vida da população. Em agosto de 2025, foi realizada a quitação do saldo integral referente ao Termo Aditivo nº 2, sendo que o reconhecimento contábil do valor do saldo devido pelo Poder Concedente, no mesmo foi recebido de forma integral. **1.4. Desafios de 2025:** No âmbito do Reequilíbrio Econômico-Financeiro, a Companhia recebeu a quitação do montante de R$ 16.314. Posteriormente, em agosto ocorreu a quitação integral do saldo remanescente, totalizando o recebimento de R$ 113.219. Em maio de 2025 concluímos a Obra na Estação Santo Amaro, que contribuiu para melhoria do nosso atendimento, trazendo benefícios aos nossos usuários, principalmente pela redução de tempo de deslocamento nesta estação. Em 2025completamos 7 anos de operação da linha, e em setembro atingimos a marca de 1 Bilhão de passageiros transportados durante todo o período da concessão. Em 2025, em parceria com o Governo do Estado, foi implementado o projeto-piloto de Linguagem Simples na Estação Hospital São Paulo. A nova sinalização com ícones e explicações acessíveis amplia a autonomia de pessoas com deficiência intelectual, TEA (Transtorno do Espectro Autista), idosos, crianças e passageiros com baixo letramento, reforçando nosso compromisso com inclusão e acessibilidade. E seguindo esse compromisso com a inclusão, também temos em nossa estação de Moema, Pátio Campo de Marte, a acessibilidade aos trens que facilita o acesso de pessoas com limitação de mobilidade.

2. Desempenho Econômico-Financeiro:

Em R$ Mil	2025	2024	Var. %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	**641.950**	**695.360**	**-7,68%**
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	554.312	558.316	-0,72%
Deduções da Receita Bruta	**6.28**	**17.308,16%**	**-99,96%**
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	**545.884**	**558.267**	**-2,25%**
(+) Receita de Construção	87.638	137.044	-36,05%
Custos e Despesas (a)	**-459.525**	**-547.225**	**-16,03%**
- Depreciação e Amortização	-60.677	-52.442	15,70%
- Serviços de Terceiros	-83.912	-73.811	13,67%
- Custo da Outorga	-7.078	-5.757	22,95%
- Custo com Pessoal	-157.580	-161.749	-2,58%
- Custo de Construção	-87.638	-137.044	-36,05%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	-62.650	-116.453	-46,20%
Em R$ Mil	**2025**	**2024**	**Var. %**
Margem EBITDA	**172.787**	**148.859**	**17,38%**
Margem EBIT ajustada (b)	**31,85%**	**26,52%**	**20,08%**
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	36.290	26.004	39,56%
EBIT (c)	**110.077**	**74.863**	**29,96%**
Margem EBIT	**27,44%**	**21,29%**	**28,87%**
(+) Depreciação e amortização	60.677	52.442	15,70%
EBITDA (c)	**270.754**	**226.505**	**19,54%**
Margem EBITDA	**42,75%**	**32,58%**	**31,24%**
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	36.290	26.004	39,56%
EBITDA ajustado	**234.464**	**200.501**	**16,94%**
Margem EBITDA ajustada (d)	**42,97%**	**35,91%**	**19,66%**
Resultados Financeiros Líquidos	-61.756	-56.608	9,08%
- Resultado de Equivalência Patrimonial	36.290	26.004	39,56%
Lucro Antes do IR e CS	**148.321**	**117.395**	**26,34%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-31.025	-24.180	28,31%
Lucro antes da participação dos minoritários	**117.296**	**93.215**	**25,83%**
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	**117.296**	**93.215**	**25,83%**
Proventos propostos (e)	**42.597**	**42.573**	**0,06%**
Investimentos (caixa)	**83.227**	**124.916**	**-33,37%**

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custos de serviços, serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) Margem EBIT ajustada: no cálculo por meio da divisão do EBIT ajustado pela receita líquida, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que está é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme IFRS aplicáveis a companhias abertas por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que está é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (d) Calculado por meio da divisão do EBITDA ajustado pela receita líquida, excluindo-se a receita de construção, dado que está é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (e) Dividendos propostos: o montante a ser pago de dividendos, conforme o estatuto da Companhia, é de 25% do lucro líquido do exercício. Sem considerar o reequilíbrio COVID-19, o crescimento da receita foi de 3%, principalmente devido ao reajuste da tarifa foi de 3,14%, que é calculado pela variação de 85% do IPC e 15% do reajuste de energia elétrica, ocorrido em 01 de abril de 2025. Sem considerar o reequilíbrio COVID-19, o aumento em 2025 é devido a opção pela CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta), que não ocorreu no ano anterior. **Custos e despesas:** Redução nos custos totais principalmente impactado por efeito reversão da provisão de PPR (Participação nos Resultados) no valor de R$ 15 milhões, em função da imunidade aplicável ao pagamento do referido tributo. **Resultado financeiro líquido:** Em 2025, o resultado financeiro apresentou piora em relação ao anterior. Embora tenha havido um aumento na receita financeira em função do maior saldo de caixa, decorrente recebimento da quitação do Reequilíbrio COVID-19, esse efeito positivo foi mais do que compensado pela elevação das despesas financeiras. O principal ajuste para esse aumento foi a alta dos indicadores aos quais as debêntures estão atreladas, pressionando significativamente o custo da dívida e resultando em um desempenho financeiro inferior ao de 2024. **Imposto de renda e contribuição social:** Em relação ao IR/CSL corrente temos adições e exclusões de ordem temporárias diferidas, tivemos um aumento devido ao impacto no resultado pelo estorno da provisão de JPTI. **Investimentos:** O principal investimento realizado no ano de 2025 foi a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 - Lilás, no valor de R$ 21,5

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP. Conteúdo jurídico, em bancas e diversos assuntos. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensurados a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação de valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está com valor em desuso, o valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a algo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros proporcionais de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros, quando aplicáveis. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Demo lucros a entregar:** **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de benefícios de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando as adições e exclusões fiscais e base negativa de contribuição social, limitado a a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que futuros lucros tributáveis à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outros. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.14. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles reversíveis ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do escopo da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida a a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração corresponde a direito sobre um ativo intangível ou a um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos capitalizados e esse ativo. A Companhia avaliou e concluiu que não ganhou margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando a zero. O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em fundo dos contratos de concessão serem escritos, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente a partir da sua execução fisica. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sendo valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metrowiária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025. • Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 27 (R1) – Ativo Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. • Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial; • • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.16. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras: **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Motiva: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza, e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. **3.17. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que institui a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados de forma confiável. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos tributos decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação de valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados no método a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração do valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é baseado em preços de mercado na data de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: Os valores com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swap de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de swap de juros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando os fluxos de caixa futuros das operações, trazendo como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco na data de mensuração. Me mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: **5.1. Visão geral:** A Companhia apresenta informações sobre os riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir está apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeiras e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 7, 9, 13 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nas margens de ganho por aumento de custos financeiros em decorrência de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativas as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 13 e 19. As tarifas da concessão da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e eliminar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente desde o balanço patrimonial até a data do vencimento contratual. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	123.260	113.323	121.025	120.674	109.842
Fornecedores e outras obrigações	16.240	1.017	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.504	-	-	-	-
Contas a pagar de operações com derivativos	24.164	28.728	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	414.250	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	2.038	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 425.805, substancialmente composto por debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio, detalhados nas notas explicativas nº 13 e 19. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	24	2.349
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	179.317	105.182
Total	**179.341**	**107.531**

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,67% do CDI, equivalente a 14,41% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (100,52% do CDI, equivalente a 10,93% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

Circulante	2025	2024
Contas a receber das operações (a)	60.318	67.307
Contas a receber do Poder Concedente (b)	58.478	64.912
Não circulante	-	137.095
Contas a receber do Poder Concedente (b)	-	137.095
Total	**60.318**	**204.402**

(a) Crédito a receber da SPTrans - São Paulo Transportes S.A. e da Companhia do Metropolitano de São Paulo, decorrentes de serviços prestados aos usuários; e (b) Refere-se a reequilíbrio e mitigação de demanda para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

2024						
Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração (d)	Transferência	Outros	Total
Circulante 64.912	121.008	(273.574)	-	134.559	11.573	58.478
Reequilíbrio (a) 19.166	-	(155.725)	-	134.559	-	-
Mitigação de demanda (b) 26.533	121.008	(119.849)	-	-	-	27.692
Estudos de viabilidade (c) 19.213	-	-	-	-	11.573	30.786
Não circulante 137.095	-	-	(2.538)	(134.559)	-	-
Reequilíbrio (a) 137.095	-	-	(2.538)	(134.559)	-	-
Total 202.007	121.008	(273.574)	(2.538)	-	11.573	58.478

(a) Reequilíbrio ao contrato de concessão por perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros, advinda da pandemia da COVID-19, conforme Termo Aditivo nº 2; (b) Saldo de mitigação de demanda, recebido ao longo do trimestre subsequente ao do fato gerador, conforme Termo Aditivo nº 2; (c) Créditos a receber do Poder Concedente, pelo ressarcimento de gastos incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da extensão das linhas da Companhia, conforme Termo Aditivo nº 3. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 1; e (d) Em 18 de agosto de 2025, houve a quitação antecipada dos débitos referente ao reequilíbrio mencionado no item (a), desta forma gerando a reversão de valores de remuneração do contas a receber.

7.2. *Aging* do contas a receber

Idade de vencimento dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	60.318	204.402
Total	**60.318**	**204.402**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:
A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	148.321	117.395
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(50.429)	(39.914)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	12.339	8.841
Despesas indedutíveis	(1.914)	(2.283)
Juros sobre capital próprio	5.053	5.533
Remuneração variável de dirigentes estatutários	20	(360)
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e Promoção de licença maternidade)	3.874	3.878
Atualização monetária de créditos tributários (Selic)	16	8
Outros ajustes tributários	16	117
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(31.025)**	**(24.180)**
Impostos correntes	(71.183)	(73.984)
Impostos diferidos	80.158	49.804
Alíquota efetiva de impostos	**20,92%**	**20,60%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2025	2024
Ativo	**10.497**	**21.863**
Provisão de energia elétrica/IPTU	953	15.456
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.199	3.208
Provisão para custos Trabalhistas e previdenciários	2.322	1.947
Provisão de operações com derivativos	2.440	1.150
Valor Justo	404	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	118	-
Arrendamento	3	2
Programa de Cratificação Longo Prazo	58	102
Compensação de imposto ativo	**(5.669)**	**(21.863)**
Impostos ativos após compensação	**4.828**	-
Passivo	**(5.669)**	**(57.788)**
Receita de reequilíbrio	-	(45.832)
Receita de remuneração do ativo contratual	-	(6.333)
Capitalização de custos	(5.669)	(5.035)
Resultado de operações com derivativos	-	(588)
Compensação de imposto passivo	**5.669**	**21.863**
Impostos passivos após compensação	-	**(35.925)**
Imposto diferido líquido	**4.828**	**(35.925)**
Movimentação do imposto diferido	**2025**	**2024**
Saldo em 1º de janeiro	**(35.925)**	**(85.819)**
Reconhecimento no resultado	**40.158**	**49.804**
Reconhecimento no patrimônio líquido	**595**	**(710)**
Impostos diferidos sobre *hedge* de fluxo de caixa	595	(710)
Saldo em 31 de dezembro	**4.828**	**(35.925)**

8.3. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2025			2024		
Saldos	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas
Ativo	**68**	**204**	**222**	**494**	**13**	**829**
Desconto conta movimento	-	-	6	6	-	10
Contas a receber	68	-	209	277	13	387
Derivativos	-	-	-	-	-	430
Dividendos a receber	-	204	-	200	-	-
Outros créditos	-	-	7	11	-	2
Passivo	**348.727**	-	**606.819**	**955.546**	**268.467**	**655.219**
Fornecedores e contas a pagar	3.491	-	2.013	**5.504**	3.899	1.495
Derivativos	-	-	52.892	**52.892**	-	88.352
Dividendo e juros sobre capital próprio a pagar	345.236	-	69.014	**414.250**	264.568	52.888
Debêntures	-	-	481.491	**481.491**	-	510.667
Outros débitos	-	-	1.409	**1.409**	-	1.813

	2025			2024		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(99)	**(99)**	-	(119)	**(119)**
Custos/Despesas - serviços de infraestrutura utilizada	-	(38.209)	**(38.209)**	-	(145)	**(145)**
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(446)	**(446)**	-	(183)	**(183)**
Custos/Despesas - benefício a colaboradores	-	(16.127)	**(16.127)**	-	(14.476)	**(14.476)**
Custos/Despesas - serviço de transmissão de dados	-	-	-	-	(6)	(6)
Custos/Despesas - seguros	-	-	-	-	(17)	(17)
Custos/Despesas - treinamento de pessoal	-	(2)	**(2)**	-	-	-
Custos/Despesas - outros gastos gerais	-	(7)	**(7)**	-	(587)	**(587)**
Despesas de comissão de fiangas nas emissões de dívidas	(4.510)	(902)	**(5.412)**	(4.995)	(998)	**(5.993)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(158)	**(158)**	-	(7)	(7)
Resultado líquido com derivativos	-	(11.407)	**(11.407)**	-	(69.477)	**(69.477)**
Receita de material estocável	-	-	-	-	552	**552**
Receitas de manutenção e operação	-	404	**404**	-	238	**238**
Repasse de custos e despesas - Oficina de Trucks	-	(782)	**(782)**	-	(351)	(351)
Repasse de custos e despesas - CSC	(43.203)	(817)	**(44.020)**	(39.808)	-	(39.808)
Repasse de custos e despesas - Operações	-	(2.045)	**(2.045)**	(2.188)	(1.789)	**(3.977)**

9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:

	Diretor estatutário e não estatutário	
	2025	2024
Remuneração (a):	**(494)**	**(841)**
Outros benefícios:	**(494)**	**(841)**
Incentivo de longo prazo	(494)	247
Complemento de provisão de PPR do ano anterior	-	(1.088)

(a) Contemplia valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria (conselho de administração e diretoria estatuária).
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R$ 5.618, referente as despesas e custos com pessoal e PPR com profissionais-chave. **9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas:**

Taxa remuneração - garantias em emissão de dívidas	2025	2024
1,10% a.a.	(5.412)	(5.993)
Total	**(5.412)**	**(5.993)**

10. Investimentos: 10.1. Composição dos investimentos:

Controlada	Atividade principal	% de participação em 31/12/2025	Investimento 2025	Investimento 2024	Resultado da participação societária 2025	Resultado da participação societária 2024
Five Trilhos	Serviços	100%	18.809	16.523	36.290	26.004
Total			**18.809**	**16.523**	**36.290**	**26.004**

10.2. Movimentação do investimento

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**16.523**	**16.182**
Resultado de equivalência patrimonial	36.290	26.004
Dividendos	(34.004)	(25.674)
Saldo em 31 de dezembro	**18.809**	**16.523**

10.3. Informações financeiras resumidas

	2025				2024			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total das receitas	Lucro líquido do período	Total das receitas	Lucro líquido do período
Five Trilhos	38.378	19.569	18.809	37.057	20.534	16.523	42.656	36.290
Total	**38.378**	**19.569**	**18.809**	**37.057**	**20.534**	**16.523**	**42.656**	**36.290**

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento:

	Imobilizado					
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em imobilizado	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**2.514**	**11.249**	**328**	-	**14.091**	**2.818**	**16.909**
Adições	-	-	-	-	-	2.154	2.154
Baixas	(2)	(31)	-	-	(33)	-	(33)
Transferências	372	2.874	44	29	3.319	(3.319)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	104	-	-	104	-	104
Depreciação	(442)	(3.005)	(103)	(5)	(3.555)	-	(3.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.442**	**11.191**	**269**	**24**	**13.926**	**1.653**	**15.579**
Custo	4.505	23.188	2.437	29	30.159	1.653	31.812
Depreciação acumulada	(2.063)	(11.997)	(2.168)	(5)	(16.233)	-	(16.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.442**	**11.191**	**269**	**24**	**13.926**	**1.653**	**15.579**
Adições	-	-	-	-	-	2.084	2.084
Baixas	(109)	(41)	-	-	(150)	-	(150)
Transferências	211	1.006	-	-	1.217	(1.217)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(28)	(28)
Depreciação	(663)	(2.921)	(100)	(6)	(3.690)	-	(3.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.081**	**9.235**	**169**	**18**	**11.503**	**2.492**	**13.995**
Custo	4.450	23.496	2.437	29	30.412	2.492	32.904
Depreciação acumulada	(2.369)	(14.261)	(2.268)	(11)	(18.909)	-	(18.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.081**	**9.235**	**169**	**18**	**11.503**	**2.492**	**13.995**

Taxa média anual de depreciação % :

Em 31 de dezembro de 2025	10	12	20	-	-

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R$ 1.4 no exercício findo em 31 de dezembro 2025 (R$ 99 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 7,02% a.a. e 9,50% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em intangível	Infraestrutura em construção	Total de intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**655.971**	**2.634**	**1.558**	**660.163**	**144.143**	**804.306**
Adições	-	-	1.460	1.460	144.076	145.536
Amortização	(47.506)	(1.350)	-	(48.856)	-	(48.856)
Baixas	(130)	(134)	-	(264)	-	(264)
Transferências	127.111	967	(953)	127.125	(127.125)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(104)	(104)	-	(104)
Outros	(6.546)	-	-	(6.546)	(12.968)	(19.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**728.900**	**2.317**	**1.753**	**732.970**	**57.704**	**790.674**
Custo	937.354	7.765	1.753	946.872	57.704	1.004.576
Amortização acumulada	(208.454)	(5.448)	-	(213.902)	-	(213.902)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**728.900**	**2.317**	**1.753**	**732.970**	**57.704**	**790.674**
Adições	-	-	1.734	1.734	95.410	95.144
Amortização	(56.064)	(1.040)	-	(57.104)	-	(57.104)
Baixas	(46)	-	-	(46)	-	(46)
Transferências	90.608	127	(125)	90.610	(90.610)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	28	-	28	-	28
Outros	(6.546)	-	-	(6.546)	(11.219)	(17.717)
**Saldo em

Edição impressa e Publicada pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

continuação

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

tos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras de exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Sousmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Five Trilhos - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.536.951/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo, 05 de março de 2026. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**24.167**	**22.557**
Caixas e equivalentes de caixa	6	8.843	3.743
Aplicações financeiras	6	8.699	12.604
Contas a receber das operações	7.1	5.941	5.677
Contas a receber de partes relacionadas	9	257	280
Tributos a recuperar		425	251
Despesas antecipadas		2	2
Não circulante		**14.211**	**14.500**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber das operações	7.1	11	-
Imobilizado	10	14.200	14.500
Total do Ativo		**38.378**	**37.057**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**7.403**	**6.230**
Fornecedores		3	97
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	65	90
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.590	1.221
Impostos e contribuições a recolher		183	129
Obrigações sociais e trabalhistas		-	38
Dividendos a pagar		204	-
Receitas antecipadas	11	5.358	4.655
Não circulante		**12.165**	**14.303**
Receitas antecipadas	11	12.165	14.303
Patrimônio Líquido	12	**18.810**	**16.524**
Capital social		7.100	7.100
Reserva de lucros		1.420	1.420
Dividendo adicional proposto		10.290	8.004
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**38.378**	**37.057**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucro Legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	7.100	1.420	7.974	-	16.494
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.004	26.004
Dividendos adicionais propostos em 27 de março de 2024	-	-	(7.674)	-	(7.674)
Destinações:					
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de outubro de 2024	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	8.004	(8.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.100	1.420	8.004	-	16.524
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.290	36.290
Dividendo adicional proposto em 15 de abril de 2025	12.4 -	-	(8.004)	-	(8.004)
Destinações:					
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de outubro de 2025	12.4 -	-	-	(26.000)	(26.000)
Dividendo adicional proposto	12.4 -	-	10.290	(10.290)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.100	1.420	10.290	-	18.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	13	**41.099**	**35.217**
Custos dos serviços prestados		**(1.305)**	**(1.440)**
Depreciação	10	(1.087)	(1.085)
Custo com pessoal		(218)	(355)
Lucro bruto		**39.794**	**33.777**
Despesas operacionais		**(959)**	**(5.001)**
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(441)	(375)
Serviços		(261)	(125)
Indenizações		-	(4.167)
Perdas com clientes		-	(71)
Reversão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	6	(80)
Limpeza		(121)	(63)
Comissão de vendas		(85)	(96)
Editais e publicações		(14)	(10)
Gastos compartilhados de aluguéis		(20)	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais		(23)	(3)
Resultado antes do resultado financeiro		**38.835**	**28.776**
Resultado financeiro	14	3.184	1.850
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**42.019**	**30.626**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8.1	(5.729)	(4.622)
Lucro líquido do exercício		**36.290**	**26.004**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**36.290**	**26.004**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**36.290**	**26.004**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**36.290**	**26.004**
Ajustes por:			
Depreciação	10	1.087	1.085
Baixa do ativo imobilizado	10	-	4.166
Constituição líquida para provisões de riscos cíveis		5	9
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(6)	80
Rendimento de aplicação financeira		(1.122)	(97.3)
Baixa de investimentos		-	4.167
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(269)	199
Contas a receber de partes relacionadas	9	23	25
Tributos a recuperar		(174)	12
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(94)	83
Fornecedores e outras contas a pagar a partes relacionadas	9	(25)	(157)
Obrigações sociais e trabalhistas		(38)	
Impostos e contribuições a recolher		5.325	4.242
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(4.902)	(4.030)
Pagamento de provisão para riscos cíveis		(5)	(9)
Receitas antecipadas	11	(1.435)	(1.462)
Indenizações contratuais		-	(4.167)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**34.660**	**29.379**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(787)	(39)
Aplicações financeiras líquidas de resgate		5.027	(5.399)
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de investimentos		**4.240**	**(5.438)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos a acionistas controladores		16.1 (33.800)	(25.674)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(33.800)**	**(25.674)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**5.100**	**(1.733)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		3.743	5.476
No final do exercício		8.843	3.743
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**5.100**	**(1.733)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Móveis e equipamentos	Imobilizado Máquinas e ferramentas	Instalações e edificações	Total em andamento	Imobilizações	Total imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	73	-	14.425	14.500	-	14.500
Adições	-	-	-	-	787	787
Depreciação	(8)	-	(1.079)	(1.087)	-	(1.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**67**	**-**	**13.346**	**13.413**	**787**	**14.200**
Custo	83	-	16.224	16.307	787	17.094
Depreciação acumulada	(16)	-	(2.878)	(2.894)	-	(2.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**67**	**-**	**13.346**	**13.413**	**787**	**14.200**
Taxa média anual de depreciação %	10	7				

Em 31 de dezembro de 2025

11. Receitas antecipadas

	2025	2024
Circulante	**(5.358)**	**(4.655)**
Receitas antecipadas (a)	(2.182)	(2.166)
Caução contratual	(2.929)	(2.408)
Outros	(247)	-
Não circulante	**(12.165)**	**(14.303)**
Receitas antecipadas (a)	(12.165)	(14.303)
Total	**(17.523)**	**(18.958)**

(a) Refere-se ao contrato de comercialização com os clientes e veiculação de anúncios nos painéis de mídia digital estática, adesivações realizadas nos trens e/ou nas estações e ações promocionais nos espaços publicitários da Companhia, apropriados ao resultado pelo prazo do contrato, vigente até 31 de dezembro de 2032.

12. Patrimônio líquido. 12.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 7.100, composto por 7.100.000 ações ordinárias, sendo sua controladora direta a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., detentora de 100% de suas ações. **12.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido. **12.3. Reserva de lucros a realizar:** Reserva de lucros a realizar constituída sobre o valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício. **12.4. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 15 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), o pagamento de dividendos a título de dividendos adicionais propostos em 2024, no montante de R$ 8.004, correspondentes a R$ 1,127323 por ação. O montante de R$ 7.800 foi pago em 29/04/2025, o saldo restante será pago quando for oportunamente deliberado. Em 23 de outubro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de R$ 26.000, correspondentes a R$ 3,661971 por ação, a conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2025 a 30 de setembro de 2025. O pagamento foi realizado em 31 de outubro de 2025. A Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R$ 10.290, relativo aos lucros apurados no exercício de 2025 e será aprovada pelo conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025 foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	36.290
Lucro líquido ajustado	**36.290**
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	9.073
Dividendo mínimo aprovado e pago	(26.000)
Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios devido a aprovação de dividendos intermediários pagos e dividendos adicionais propostos.	

13. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	**42.638**	**36.889**
Receitas com multimídia	20.870	18.232
Receitas com locação de espaço	16.006	14.920
Receitas com locação para estacionamento	5.762	3.737
Deduções das receitas brutas	**(1.537)**	**(1.672)**
Impostos sobre receitas	(1.536)	(1.336)
Devoluções	(1)	(336)
Receita operacional líquida	**41.099**	**35.217**

14. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	**(46)**	**(45)**
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(46)	(45)
Receitas financeiras	**3.230**	**1.895**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.157	1.866
Juros e outras receitas financeiras	73	29
Resultado financeiro líquido	**3.184**	**1.850**

15. Instrumentos financeiros: 15.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de valor justo. Não inclui informações de valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
Ativo	**Nível**	**23.751**	**22.304**
Valor justo através do resultado		**17.542**	**18.341**
Caixa e bancos	Nível 2	56	15
Aplicações financeiras	Nível 2	17.486	16.332
Custo amortizado		**6.209**	**3.957**
Contas a receber das operações		5.952	5.677
Contas a receber de partes relacionadas		257	280
Passivo		**(3.244)**	**(2.676)**
Custo amortizado		**(3.244)**	**(2.676)**
Fornecedores e outras obrigações		(3.179)	(2.586)
Fornecedores e outras contas a pagar a partes relacionadas		(65)	(90)
Total		**20.507**	**19.628**

15.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente estas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em ganhos e perdas significativos não previstos devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, que são aplicados no sentido de gerar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **15.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias sobre os contratos de aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	**Exposição em R$** (a)	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
	17.514	2.104	1.313	1.280
Efeito sobre as aplicações financeiras		**2.558**	**1.919**	**1.280**
Total do efeito de ganho/(perda)		**2.558**	**1.919**	**1.280**
As taxas de juros consideradas foram: (1).	CDI (1)	14.900%	11.175%	7.450%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) O valor de exposição não contempla ajuste a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de Juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

16. Demonstração dos fluxos de caixa: 16.1. Atividades de financiamento: A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Dividendos a pagar
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**33.800**
Dividendos pagos	33.800
Outras variações que não afetam o caixa	**(34.004)**
Dividendos a pagar propostos	(34.004)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(204)**

Composição do Conselho de Administração
André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente do Conselho
Rodrigo Araujo Alves - Membro Efetivo
Marcus Vinicius Figur da Rosa - Membro Efetivo

Composição da Diretoria
Roberto Penna Chaves Neto - Membro Efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Membro Efetivo

Contadora
Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Five Trilhos Administração e Participações S.A. - *São Paulo - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Five Trilhos Administração e Participações S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Five Trilhos Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras de exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Sousmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

www.jornalodiasp.com.br

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

INTUITIVO TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ/MF nº 40.273.566/0001-01 – NIRE 35.236.715.240

Extrato do distrato social celebrado em 09/09/2025

Em 09/09/2025, a única sócia da **Intuitivo Tecnologia Ltda.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Avenida Paulista, nº 1636, Pavimento 15, Conjunto 04, Bela Vista, CEP 01310-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.273.566/0001-01, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.236.715.240 ("Sociedade"), deliberou, por meio de distrato social, pela dissolução, liquidação, e a extinção da Sociedade. O distrato social foi registrado na JUCESP sob o nº 450.998/25-3, em 22 de dezembro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1073825-51.2023.8.26.0002. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Rede Dor São Luiz Sa Unidade Brasil (São Luiz). Requerido: Espólio Vitor José Dumoncel (na pessoa de Jurema Pithan Dumoncel). EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1073825-51.2023.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Marina San Juan Melo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPÓLIO DE VITOR JOSÉ DUMONCEL (NA PESSOA DE JUREMA PITHAN DUMONCEL), CPF 06510337053, com endereço à Rua Antônio Hortolani, S/N, Jd. Europa, Na pessoa da administradora provisória, Srª Jurema Pithan Dumoncel, CEP 78300-000, Tangara da Serra - MT, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Rede Dor São Luiz Sa Unidade Brasil (São Luiz) e, encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de maio de 2025.

AGRO-PECUÁRIA PILON S/A

CNPJ: 44.973.410/0001-94 - NIRE: 3.53.0036461.9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE**, a se realizar no dia 27.03.2026, às **16:00 horas**, na Sede Social, sita na Fazenda Santa Maria, Bairro São Francisco CEP 18.527-450 , em Cerquilho, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria: **Extraordinária:-** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos de Interesse Social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04.03.2026. **Nelson Pilon – Diretor Presidente.**

FAZENDA PILON S/A

CNPJ: 57.226.151/0001-80 - NIRE: 3.530036405-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO E AGE** , a se realizar no dia 27.03.2026, às **15:45 horas**, na sede social na Fazenda São José, Bairro São Francisco CEP 18.527-450, em Cerquilho, estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária:-** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos de Interesse Social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon – Diretor Presidente.**

J. PILON S.A AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ: 47.254.396/0001-67 - NIRE: 35.3.0010525.7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 27/03/2026, às 15:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Fazenda Santa Maria, no Bairro São Francisco, município de Cerquilho, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **I) Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras ref. ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Destinação do resultado do exercício; c) Eleição dos membros do conselho de administração. **II) Extraordinária:** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos do Interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon** – Presidente do Conselho de Administração.

JUPIRA MINERAÇÃO E AGRO-PECUÁRIA S/A.

CNPJ: 48.697/73/0001-58 - NIRE: 3.53.0036516-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE**, a se realizarem no dia 27.03.2026, **às 16:15 horas**, na sede Social situada na Fazenda Jupira – Estrada Municipal de Porto Feliz/Boituva - Bairro Jupira - CEP 18.540-000, em Porto Feliz - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária:-**: a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Porto Feliz, 04.03.2026. **Mário Nirceu Pilon – Diretor Presidente.**

FAZENDAS REUNIDAS PILON S/A.

CNPJ: 52.310.885/0001-29 - NIRE: 3.53.0036406-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE**, a se realizarem no dia 27.03.2026, às **15:30 horas**, na sede social situada na Fazenda Santa Maria-Bairro São Francisco – CEP 18527-450, em Cerquilho - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária**: a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Abertura e Encerramento de Filiais; c) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04.03.2026. **José Pilon – Diretor Presidente.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002850-22.2019.8.26.0009. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Sampaio Alves Mascari Bonilha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) L. T. SIMÕES ATACADISTA E DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (CNPJ/ 26.082.143/0001-89), que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Unimarka Distribuidora S/A, visando ao recebimento da quantia de R$ 7.569,53 (março/2019), decorrente das notas fiscais nº 0002.095.313 - vencimentos 30/10/2018; 06/11/2018 e 13/11/2018; nº 002.105.306 – vencimentos 09/11/2018; 16/11/2018 e 23/11/2018. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CITAÇÃO, por EDITAL, para pagar a dívida, atualizada até a data do efetivo pagamento, no prazo de três dias. Fixados os honorários em 10% sobre o valor do débito, que serão reduzidos pela metade, em caso de pagamento ou apresentar embargos à execução, no prazo de 15 dias. Em igual prazo, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, a executada poderá requerer autorização do juízo para pagar o restante do débito em até 6 (seis) parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes do parcelamento, com o imediato início dos atos executivos, imposição à executada de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e vedação à oposição de embargos. Os referidos prazos fluirão após o prazo do presente edital. Não havendo manifestação, o executado será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de julho de 2025.

K-06/03

LOGICTEL S.A. - CNPJ nº 03.430.070/0001-78 - NIRE 35.300.173.767

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas a se reunirem na sede a Rua da Bica nº 234, Freguesia do Ó, São Paulo/SP, CEP 02925-000, no dia 08 abril de 2026, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do total de votos e, em segunda convocação, as 10:30 horas com qualquer número para deliberarem a seguinte Ordem do Dia: a) exame e discussão do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e destinação do Lucro do Período; b) distribuição de dividendos; c) análise e discussão da reserva de retenção de lucros; d) Eleição da diretoria e fixação de honorários; e) Outros assuntos de interesse. Encontram-se à disposição dos Srs acionistas os documentos referentes ao artigo 133 da Lei 6.404/76 na sede da Empresa.

São Paulo, 03 de março de 2026. aa Geraldo A. O. Marques – Diretor Presidente

---

LOTEAR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS BOCAIUVA SPE LTDA

CNPJ sob o nº 26.418.895/0001-14

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DE SÓCIOS E ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A sócia **LOTEAR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES 2020 SPE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 38.560.503/0001-94, em cumprimento às disposições legais e contratuais, **convoca todos os sócios e o ex-administrador GUILHERME ROMERO**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 336.412.498-13, para participarem da **REUNIÃO DE SÓCIOS e ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada em **única convocação**, no dia **11 (onze) de março de 2026 (11 de março de 2026 – quatorze) horas**, na sede da empresa, localizada à **Rua Major Quedinho, nº 99, conjunto 701, Bairro Centro, São Paulo/SP CEP 01.050-030**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1- Exame, discussão e votação da prestação de contas dos administradores, referentes aos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022. 2 - Instauração e Abertura de Processo para exclusão da sócia ADL GESTÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS PARTICIPAÇÕES III LTDA dos quadros sociais. 3 - Outros assuntos inerentes à sociedade. Os documentos contábeis que o sócio convocante teve acesso, ficarão à disposição dos sócios e do ex-administrador, para exame e vistoria, no horário das **09h00 às 17h00**, a partir do dia **10 de fevereiro de 2026**, na sede da **LOTEAR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS BOCAIUVA SPE LTDA**, mediante prévio agendamento.

São Paulo - SP, 03 de fevereiro de 2026.

Hilton do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 42.414.912/0001-50 - NIRE 35.300.557.751

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/03/2026

Data, Hora e Local: Aos 05/03/2026, às 10:30 hs, na sede social. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada a convocação. **Mesa: Bruno Sampaio Greve** - Presidente; **Jefferson Magliaglia Pereira** - Secretário. **Deliberações Aprovadas por Unanimidades: I)** Redução do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **II) Reforma do Estatuto Social da Companhia, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras ref. ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Destinação do resultado do exercício; c) Eleição dos membros do conselho de administração. **II) Extraordinária:** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos do Interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon** – Presidente do Conselho de Administração.

LÍDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS S/A

CNPJ nº 64.422.892/0040-08 - NIRE nº 35300547501

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04 de Fevereiro de 2026

1. DATA, HORA E LOCAL - Aos 04/02/2026, às 10 horas, na sede da **LIDER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS S/A**, situada na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 795 e 813, bairro Jardim América, na cidade de São Paulo/São Paulo, CEP 01.441-000, complementos. Anexo: Número 795 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO** – Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76. **3. PRESENÇA** – Acionista representando a totalidade do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **4. COMPOSIÇÃO DA MESA** – Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Cláudio Nogueira Alves, brasileiro, nascido em 29/08/1972, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da CI nº M-3.334.995, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF de nº 837.981.706- 06, residente e domiciliado na Rua Piranhas, nº 41, apto 302, bairro Caiçara, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.770-540, e secretariado pelo Sr. Aurélio Nogueira Alves, brasileiro, nascido em 01/06/1965, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador do CREA nº 49.787/D, expedido pelo CREA/MG, inscrito no CPF de nº 527.481.546-49, residente e domiciliado na Avenida Sete de Setembro, nº 1470, apto 900, bairro Centro, em Divinópolis/MG, CEP 35.500-011. **5. ORDEM DO DIA** – Composta a Mesa, o presidente procedeu à leitura da ordem do dia, com o seguinte teor: I. Deliberar sobre a inclusão de CNAE nas atividades contidas no objeto social da matriz (CNPJ nº 64.422.892/0040-08, NIRE nº: 35300547501). II. Deliberar sobre a consolidação do estatuto social. **6. DELIBERAÇÕES** – A acionista presente apreciou as matérias constantes da ordem do dia, das quais já tinham conhecimento, e deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue: I. Aprovar a inclusão de CNAE nas atividades contidas no objeto social da matriz, situada na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 795 e 813, bairro Jardim América, São Paulo, SP, CEP: 01441000, Complemento: Anexo: Número 795, cujo objeto permanece o mesmo, sendo incluso tão somente o CNAE nº 49.30-2/02 correspondente à uma das atividades exercidas pela matriz da Companhia. A Sociedade passa a ter os seguintes CNAEs em seu objeto social: 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis e 4930-2/02 Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. II. Em razão da inclusão do CNAE mencionado no item "I" acima, fica aprovado e consolidado o Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I a presente Ata. **7. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes. Todos os presentes declaram que esta ata confere com o original, lavrada em livro próprio e arquivada na sede da Companhia. Estiveram presentes na Reunião e assinam este instrumento: o Presidente da Mesa: Cláudio Nogueira Alves, o Secretário da Mesa e Diretor Presidente Aurélio Nogueira Alves, e a acionista JMN Holding S/A, representada por Cláudio Nogueira Alves e a advogada Thais de Faria Terenzi. São Paulo/SP, 04/02/2026. **CLÁUDIO NOGUEIRA ALVES** - Presidente da Mesa/Diretor Administrativo, **AURÉLIO NOGUEIRA ALVES** - Secretário da Mesa/Diretor Presidente, **JMN HOLDING S/A** - CNPJ nº 48.739.156/0001-15, Acionista - Representada por Cláudio Nogueira Alves, **THAIS DE FARIA TERENZI** - OAB/MG 149.444 - Advogada. **JUCESP Nº 56.628/26-2** em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, pela GMRBC MARACATINS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA foi apresentada, a esta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 971.221 em 17 de setembro de 2025, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleitearam a retificação administrativa de área dos imóveis situado na Avenida Jurucê nº 335 e Alameda dos Maracatins nºs 898, 894, 888, 884, 878, 868, 866 e 856, matriculados sob nºs 2.314, 26.833, 36.517, 68.736, 102.485, 107.470, 206.322 e 221.808, nesta Serventia Predial. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores proprietários ou seus herdeiros legais, sendo eles: OSWALDO PEREIRA COELHO e sua mulher a Senhora SONIA MARIA BOARI COELHO e MARIA ALICE PEREIRA COELHO (matrícula nº 10.662 deste Registro); ALZIRA DOS PRAZERES AMADOR FERREIRA, MÁRCIA SOARES FERREIRA MELO e seu marido JOSÉ CARLOS MORAIS DE MELO e LUIZ ANTONIO SOARES FERREIRA (matrícula nº 65.541 deste Registro), e o sindico do EDIFÍCIO MARACATINS (matrícula nº 54.908 deste Registro) uma vez que o mesmo não foi localizado, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes, e, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ultima publicação deste, que será levado a efeito por dois dias em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 03 de março de 2026.

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07 - NIRE nº 35300326032 - COMPANHIA ABERTA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 12 de fevereiro de 2026. A **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados dos Acionistas da Companhia. Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, CEP 05.522-000. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **FRANCISCO PIERRINI**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.398.467/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.221.388-22, com endereço profissional na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 11/04/2025 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **FRANCISCO PIERRINI.** Ciente em: 12/02/2026. **CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.** - André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 84.988/26-5 em 03.03.2026, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0142982-19.2009.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). HENRIQUE I NOUE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CÉLIA MARIA NEVES ASDURIAN, CPF 128.181.068-1, aos interditados: YUNIKE PARSIHOGLU, CPF 118.931.848- 20 e RUBENS JOÃO ASDURIAN, na pessoa de seu curador e parte integrante do polo passivo: FABIO ASDU RIAN, CPF 249.081.998-41, SONA ASDURIAN e SONIA LAPOIAN, CPF 073.471.168- 99 (Renata, Carla e Juliana deram-se por citadas, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Sumário por parte de Condomínio Edifício Rio Sie na, visando a seguinte: ajuizou a Ação de Cobrança sob o Rito Sumário para cobrança da quantia de R$52.539, 45 (atualizado até 5/3/2024), referente as cotas condominiais da unidade 1101 do condomínio autor, vencidas em 10/7/2008 a 10/9/2008, 10/11/2008 e 10/1/2009, 10/2/2009, 10/4/2009, já inclusa a multa de 2% e que serão acrescidos de juros de 1% ao mês e correção monetária a partir do vencimento de cada débito, cotas condominiais vincendas, com o acréscimo legais acima descritos, sem prejuízo da incidência da multa supra e dos honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 5 dias, manifestem-se sobre a habilitação de herdeiros, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de agosto de 2025.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SISPESP | Edital - Assembleia Geral Extraordinária que será realizada em Ambiente Virtual (videoconferência). A entidade supra, inscrita no CNPJ sob nº. 60.260.155/0001-99, através de seu Diretora Presidenta, Katia Cristina Rodrigues Silva, por suas atribuições legais e estatutárias, convoca a categoria dos Servidores da EMTU vinculados à STM que estão cedidos à ARTESP a participarem da AGE - Assembleia Geral Extraordinária (Online), a ser realizada em 12/03/2.026 (quinta-feira) às 12h30min em primeira convocação com 50% mais um dos associados, ou trinta minutos após em segunda convocação com qualquer número de participantes, através da Plataforma: Sala Virtual do Google Meet com o Link de Acesso: https://meet.google.com/nmt-fwyy-nad, para deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: a) Deliberação sobre a aprovação, reconhecimento e ratificação do SISPESP como legítimo representante da categoria profissional perante empresas, entes públicos e órgãos administrativos; b) Deliberação para concessão de autorização prévia e expressa, bem como outorga de poderes à Diretoria do Sindicato, para atuar como substituto processual e ingressar com ações judiciais cíveis (coletivas e/ou plúrimas) em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da categoria; c) Realização de eleição e aclamação dos Delegados Sindicais (Representantes Sindicais de Base) para o mandato de 13 de março de 2026 a 30 de abril de 2029, em conformidade com o Estatuto Social da entidade. Para garantir a legitimidade das votações e o registro correto em ata, o participante deverá preencher o seu Nome Completo, CPF, Matrícula, email e celular através do link do formulário que estará disponível no chat da Assembleia. São Paulo/SP, 06 de março de 2.026. Katia Cristina Rodrigues Silva – Presidenta.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativa, prenotado sob nº 983.734 em 14 de janeiro de 2026 a requerimento de SILVIO POPADIUK e sua mulher VERA LUCIA PADILHA DE SIQUEIRA, devidamente qualificados na ata notarial de usucapião lavrada no Oficial do 11º Tabelião de Notas da Capital (Lvº 6316, fls. 23), representados pelo advogado Dr. Marcelo Vrban Felix OAB/SP nº 263.655, com endereço eletrônico: marcelofelix2004@hotmail.com, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou seus sucessores, requereram a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023, ambos da CNJ, visando a declaração de domínio sobre um terreno situado na Rua Jati s/nº, no 24º Subdistrito – Indianópolis, lançado pelo contribuinte nº 047.273.0131-8, devidamente descrito e caracterizado no memorial e planta juntados no procedimento, com 137,32m² e com origem na matrícula nº 27.657 do 14º Registro de Imóveis da Capital, em área maior, de titularidade registral em nome de LUIZA SCREPANTE CAPUTO e VIRGÍNCIA CATARINA MOURAJAN casada com MOURADIAN RAYMOND, EDGARD SPAGNOL, AELIO PELLEGRINI casado com ANGELA SCREPANTE PELLEGRINI e JOANNA DA ASCENÇÃO MARTINS PELEGRINI, cujas sucessões se deram por escrituras e juntadas nos originais, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há mais de 33 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º e 16 do provimento 65 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 03 de março de 2026.

---

opec@jornalodiasp.com.br
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista
CEP: 01332-030
www.jornalodiasp.com.br

Guerra no Irã ameaça exportação de grãos e suprimento de fertilizantes do Brasil

Os agricultores brasileiros podem ser afetados pela escalada do conflito no Oriente Médio, de acordo com analistas e dados de mercado que mostram que a região é um destino fundamental para as exportações agrícolas do Brasil e um importante fornecedor de fertilizantes como a ureia.

O Oriente Médio é um dos maiores produtores mundiais de fertilizantes, enquanto o estreito de Hormuz é uma rota marítima crucial para as exportações. Cerca de 35% das exportações globais de ureia passam por essa via navegável, segundo dados do grupo CRU. A ureia é o fertilizante nitrogenado mais utilizado no mundo.

A escalada do conflito entre Estados Unidos e o Irã, que também tem envolvido países vizinhos na região, pode provocar cancelamentos de contratos de grãos e escassez de fertilizantes no Brasil, que é altamente dependente de importações, devido às interrupções no tráfego marítimo pelo estreito de Hormuz.

Os exportadores estão avaliando se devem descarregar cargas de grãos em Omã para evitar problemas no golfo Pérsico, segundo a consultoria Argus.

"Ainda não há clareza se essa opção é viável, porém a alternativa seria o cancelamento dos embarques", disse a Argus à Reuters. "Também ainda é incerto se todos os volumes poderiam seguir de Omã até seus destinos finais por caminhão ou ferrovia".

Cargas a granel, como milho, entram na região pelo estreito de Hormuz, afirmou Arthur da Anunciação Neto, sócio-diretor da Alphamar Agência Marítima.

Pelo local também passa cerca de 45% da produção mundial de enxofre, ingrediente essencial na produção de fertilizantes fosfatados, além de volumes significativos de amônia, componente fundamental para fertilizantes nitrogenados. Por isso, há uma preocupação com o tráfego em Hormuz.

Os preços dos fertilizantes já subiram acentuadamente. A ureia granulada no Oriente Médio aumentou cerca de US$ 130 (R$ 678,39), para algo entre US$ 575 e US$ 650 (entre R$ 3.000,58 e R$ 3.391,96) por tonelada desde sexta-feira (27), enquanto os preços de exportação do Egito subiram cerca de US$ 125 (R$ 652,30) para cerca de US$ 610 a US$ 625 (entre R$ 3.183,22 e R$ 3.261,50) por tonelada no mesmo período, segundo a Argus.

Os contratos futuros de amônia na Europa também dispararam, com uma carga de 1.000 toneladas para abril sendo negociada a US$ 725 (R$ 3.783,34) por tonelada -cerca de US$ 130 (R$ 678,39) a mais do que quando o contrato foi negociado pela última vez, em meados de fevereiro.

As ameaças à navegação em águas cada vez mais perigosas aumentaram o custo do seguro marítimo, declarou Neto. Dez navios estavam programados para partir para o Irã com mais de 600 mil toneladas de soja e farelo de soja brasileiros, segundo dados da Alphamar. Neto ressaltou que essas cargas, dependendo das circunstâncias, podem ser desviadas para outros destinos.

O Irã foi o principal destino das exportações de milho do Brasil no ano passado, comprando cerca de 9 milhões de toneladas, ou aproximadamente 20% dos embarques. A maior parte do milho brasileiro é embarcada no segundo semestre do ano.

Os produtores de fertilizantes do Oriente Médio, especialmente o Irã, também são fornecedores importantes para os agricultores brasileiros.

Dados da consultoria Agrinvest mostram que o Brasil supriu 100% de suas necessidades de ureia com importações em 2025. Estima-se que 41% dessas importações, ou quase 3 milhões de toneladas, passaram pelo estreito de Hormuz antes de chegar ao Brasil, segundo os dados.

Francisco Vieira, sócio-diretor da consultoria Agroconsult, afirmou que a guerra provavelmente restringirá o fornecimento de ureia e aumentará os preços no curto prazo. "Do Irã não deve vir nada...Não se sabe se as fábricas estão sendo atingidas", afirmou.

Dados do governo brasileiro mostraram 7,7 milhões de toneladas de importações de ureia no ano passado, com remessas do Irã representando menos de 2,5%. No entanto, estimativas privadas sugerem que o Irã seja a origem de cerca de 1,3 milhão a 1,4 milhão de toneladas das importações brasileiras anuais.

As remessas do Irã são frequentemente encaminhadas via Omã devido às sanções dos EUA que afetam pagamentos internacionais envolvendo contrapartes iranianas.

Tomás Pernias, analista de Inteligência de Mercado da StoneX, acrescentou que dependendo do país, seria possível pensar em rotas que ficam mais afastadas do estreito de Hormuz, como alternativa.

Um conflito prolongado pode afetar as entregas de fertilizantes antes do ciclo de plantio da safra 2026/27 do Brasil, que começa em setembro. Thamires Cateli, fundadora da consultoria e corretora Hudie Consulting, disse que a guerra no Irã fez com que os vendedores retirassem suas listas de preços de ureia esta semana, interrompendo o comércio global.

Alguns países podem substituir parte dos embarques de ureia iraniana para o Brasil, mas esses efeitos indiretos ainda não estão claros.

O Egito, que responde por cerca de 8% da oferta global, depende do fornecimento de gás natural de Israel para sua produção, que também pode estar ameaçado, disse Françoso.

A China, outro grande produtor de fertilizantes, vem reduzindo as exportações nos últimos anos para abastecer seu mercado interno. A Rússia, que representou cerca de 16% do fornecimento global de ureia em 2024, também poderia surprir essa lacuna.

No entanto, ataques com drones, como o ocorrido contra uma fábrica de fertilizantes na região russa de Smolensk no mês passado, mostram riscos a cadeias alternativas de fornecimento de insumos como ureia. (Folhapress)

Menor jornada na indústria de alimentos vai custar R$ 23 bilhões e levar a aumento de preços, diz Abia

A possível redução na carga horária semanal no Brasil deve gerar impactos na indústria alimentícia, com aumento do preço dos produtos. A avaliação é da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos), que prevê alta de custos de R$ 23 bilhões caso a jornada passe de 44 para 40 horas semanais.

"Esses R$ 23 bilhões provavelmente serão repassados para o preço do produto", diz João Dornellas, presidente-executivo da Abia, durante entrevista coletiva na quinta-feira (5) para divulgar o balanço do setor em 2025. "A gente reconhece que é legítimo buscar uma melhor qualidade de vida, mas não deve ser uma coisa descasada do crescimento econômico. Esperamos que esse exercício seja feito sem nenhuma afobação, que haja muita discussão e respeito às especificidades dos setores."

Os cálculos do impacto econômico, segundo Dornellas, foram feitos considerando o total de horas trabalhadas por ano, o salário médio pago pelo setor e o número de horas trabalhadas a menos, pagando o mesmo salário. "A decisão de reduzir a jornada de trabalho em outros países foi tomada com tempo, alguns demoraram uma década, outros países levaram 15 anos", disse.

De acordo com a Abia, o setor emprega diretamente 2,12 milhões de pessoas, além de

CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

CNPJ: 61.409.892/0003-35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: jornaldiasp.com.br; ri.cba.com.br – central de resultados

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	974.571	817.743	1.268.235	1.141.965
Aplicações financeiras	12	17.489	346.051	57.157	385.122
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	138.317	44.086	144.522	47.607
Contas a receber de clientes	13	604.144	455.596	632.225	493.535
Estoques	14	1.696.119	1.821.240	2.046.103	2.162.597
Tributos a recuperar	15	169.881	193.182	225.922	247.779
Dividendos a receber	16 (d)	8.447	792	10.496	10.840
Outros ativos		75.798	66.211	83.674	72.446
		3.684.766	3.744.901	4.468.334	4.561.891
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	12	52.087		52.087	
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	382.431	119.368	401.817	131.018
Tributos a recuperar	15	566.890	627.117	603.101	645.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	633.580	967.987	563.555	875.022
Partes relacionadas		45.193	43.634	57.072	55.115
Depósitos judiciais		19.931	17.717	21.651	19.295
Outros ativos		46.968	4.623	54.262	14.419
		1.747.080	1.780.446	1.753.545	1.740.393
Investimentos	18 (a)	1.234.160	1.304.547	221.687	237.791
Imobilizado	19 (a)	5.639.451	5.498.769	6.448.859	6.253.382
Intangível	20 (a)	701.443	682.923	872.825	868.145
Direito de uso	21 (a)	190.159	160.006	200.767	171.418
		9.512.293	9.426.691	9.497.683	9.271.129
Total do ativo		13.197.059	13.171.592	13.966.017	13.833.020

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Fornecedores		860.619	931.156	1.086.548	1.123.994
Risco sacado a pagar	23	147.602	167.107	217.879	178.467
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22 (a)	132.573	113.459	136.193	117.289
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	138.665	196.848	138.665	196.848
Arrendamentos	21 (b)	44.488	37.147	50.440	42.391
Salários e encargos sociais		186.231	198.349	208.167	220.924
Tributos a recolher		29.188	23.970	59.584	37.358
Dividendos a pagar	16 (c)	28.747		47.283	
Uso do bem público - UBP	26	75.808	74.852	83.818	82.234
Contratos futuros de energia	17	81.009	113.388	81.009	113.388
Provisões judiciais	25 (d)	158.468	123.835	158.468	124.607
Obrigação para desmobilização de ativos e passivo ambiental	25 (g)	48.202	42.034	51.068	42.743
Outros passivos		86.697	33.264	110.234	65.736
		2.018.297	2.055.409	2.429.356	2.345.979
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22 (a)	4.102.527	4.469.210	4.139.337	4.512.089
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	588.746	609.160	588.746	609.160
Arrendamentos	21 (b)	163.350	134.302	168.959	141.335
Partes relacionadas	16	56.201	61.631	64.488	72.345
Provisões judiciais	25 (d)	315.000	266.364	319.833	268.882
Obrigação para desmobilização de ativos e passivo ambiental	25 (g)	310.236	268.528	478.155	412.559
Uso do bem público - UBP	26	897.736	904.634	959.600	968.788
Obrigações a pagar com investidas	18 (a)	163.089	145.805		
Contratos futuros de energia	17	176.066	437.577	176.066	437.577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)			11.288	16.403
Outros passivos		113.923	34.638	115.681	36.349
		6.886.874	7.331.849	7.022.153	7.475.487
Total do passivo		8.905.171	9.387.258	9.451.509	9.821.466
Patrimônio líquido	27				
Capital social		4.510.042	4.911.090	4.510.042	4.911.090
Prejuízo acumulados			(401.048)		(401.048)
Reserva de lucros		92.293		92.293	
Ágio em transações de capital		(70.053)	(70.053)	(70.053)	(70.053)
Ajustes de avaliação patrimonial		(240.394)	(655.655)	(240.394)	(655.655)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		4.291.888	3.784.334	4.291.888	3.784.334
Participação dos acionistas não controladores				222.620	227.220
Total do patrimônio líquido		4.291.888	3.784.334	4.514.508	4.011.554
Total do passivo e patrimônio líquido		13.197.059	13.171.592	13.966.017	13.833.020

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	5.1 (a)	7.707.465	7.056.998	8.788.797	8.173.649
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	6	(7.086.191)	(6.313.042)	(8.047.183)	(7.314.060)
Lucro bruto		621.274	743.956	741.614	859.589
(Despesas) Receitas operacionais					
Com vendas	6	(47.847)	(36.608)	(51.773)	(42.751)
Gerais e administrativas	6	(413.631)	(389.066)	(460.875)	(427.897)
Outras receitas operacionais, líquidas	8	234.011	222.000	216.121	141.608
		(227.467)	(203.674)	(296.527)	(329.040)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		393.807	540.282	445.087	530.549
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	18 (a)	73.097	(70.681)	133.720	129.219
Resultado financeiro líquido	9				
Receitas financeiras		203.877	193.561	244.193	227.168
Despesas financeiras		(648.733)	(642.081)	(703.804)	(686.942)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		164.863	(238.452)	181.728	(270.752)
Variações cambiais, líquidas		52.046	(298.542)	52.107	(287.907)
		(227.947)	(985.514)	(225.776)	(1.018.433)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		238.957	(515.913)	353.031	(358.665)
Imposto de renda e contribuição social	24 (a)				
Correntes		2.568	2.871	(30.747)	(17.437)
Diferidos		(120.485)	332.371	(92.430)	303.213
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas		121.040	(180.671)	229.854	(72.889)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		121.040	(180.671)	121.040	(180.671)
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores				108.814	107.782
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		121.040	(180.671)	229.854	(72.889)
Quantidade média ponderada de ações, em milhares		651.073	650.812	651.073	650.812
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações		185,91	(277,61)	185,91	(277,61)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	121.040	(180.671)	229.854	(72.889)
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Hedge accounting operacional	465.640	(779.263)	465.640	(779.263)
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional (Nota 5.1)	163.543		163.543	
Tributos diferidos	(213.922)	264.962	(213.922)	264.962
Outros resultados abrangentes		(13.729)		(13.729)
	415.261	(528.030)	415.261	(528.030)
Total do resultado abrangente do exercício	536.301	(708.701)	645.115	(600.919)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas				
Controladores			536.301	(708.701)
Não controladores			108.814	107.782
			645.115	(600.919)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas controladores								
	Capital social		Reserva de lucros						
	Capital social	Custos com emissão de ações	Legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Ágio em transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024	4.934.631	(44.412)			(234.106)	(70.053)	(127.625)	4.458.435	245.717	4.704.152
Resultado abrangente do exercício										
Prejuízo do exercício					(180.671)			(180.671)	107.782	(72.889)
Outros resultados abrangentes					13.729		(528.030)	(514.301)		(514.301)
					(166.942)		(528.030)	(694.972)	107.782	(587.190)
Transações com acionistas										
Deliberação de dividendos e juros sobre capital próprio - CBA Energia									(126.279)	(126.279)
Aumento de capital	20.871							20.871		20.871
	20.871							20.871	(126.279)	(105.408)
Em 31 de dezembro de 2024	4.955.502	(44.412)			(401.048)	(70.053)	(655.655)	3.784.334	227.220	4.011.554
Em 1º de janeiro de 2025	4.955.502	(44.412)			(401.048)	(70.053)	(655.655)	3.784.334	227.220	4.011.554
Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados (Nota 27 (a))	(401.048)				401.048					
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício					121.040			121.040	108.814	229.854
Outros resultados abrangentes							415.261	415.261		415.261
					121.040		415.261	536.301	108.814	645.115
Transações com acionistas										
Deliberação de dividendos - CBA Energia									(113.414)	(113.414)
Constituição de reserva legal			6.052		(6.052)					
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 27 (b))					(28.747)			(28.747)		(28.747)
Retenção de lucros (Nota 27 (c))				86.241	(86.241)					
			6.052	86.241	(121.040)			(28.747)	(113.414)	(142.161)
Em 31 de dezembro de 2025	4.554.454	(44.412)	6.052	86.241		(70.053)	(240.394)	4.291.888	222.620	4.514.508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**238.957**	**(515.913)**	**353.031**	**(358.665)**
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais		296.130	724.989	297.840	748.588
Equivalência patrimonial	18 (c)	(73.097)	70.681	(133.720)	(129.219)
Depreciação, amortização e exaustão	6	674.481	567.433	758.225	643.335
Contratos futuros de energia	17	(293.890)	(159.221)	(293.890)	(159.221)
Perda (ganho) na venda de imobilizado		34.588	(7.046)	34.107	7.799
Ganho na venda de investimento - Alunorte e Santa Cruz			(128.251)		(128.251)
Provisão (reversão) para desvalorização de ativos (*impairment*)	8	(5.394)	(35.419)	9.033	(123.715)
Provisão para perda de outros ativos de níquel	8				134.103
Instrumentos financeiros derivativos	29.2 (d)	(92.323)	238.098	(109.187)	270.398
Realização de reserva de *hedge accounting* operacional	5.1 (i)	163.543		163.543	
Provisão (reversão) para perda de outros ativos	8	(29.498)	99.343	(29.248)	99.343
Constituição (reversão) de provisões, líquidas		64.916	4.577	68.617	(79.435)
		978.413	859.271	1.118.361	925.060
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(74.412)	(49.145)	(41.142)	(99.751)
Estoques		125.779	(228.091)	114.261	(238.525)
Tributos a recuperar		92.183	128.099	97.875	159.184
Depósitos judiciais		21.429	(2.746)	21.287	(2.590)
Ganhos realizados com instrumentos financeiros derivativos (i)		23.884	22.313	30.330	28.362
Demais créditos e outros ativos		20.966	189.243	23.536	162.855
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(153.477)	(41.139)	(174.185)	86.432
Risco sacado a pagar		(19.505)	(33.070)	39.412	(70.345)
Salários e encargos sociais		(12.118)	20.636	(12.757)	22.201
Tributos a recolher		7.786	(1.218)	(8.521)	(21.553)
Adiantamento de clientes		38.683	1.182	39.808	4.561
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(17.165)	(46.540)	(17.461)	(46.701)
Demais obrigações e outros passivos		38.025	23.178	25.657	118.942
Caixa proveniente das atividades operacionais		**1.070.471**	**841.973**	**1.256.461**	**1.028.132**
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e uso do bem público - UBP		(414.916)	(444.985)	(424.305)	(446.294)
Ganhos com juros realizados de instrumentos financeiros derivativos (i)		57.567	11.100	57.565	11.101
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.655)		(33.595)	(22.336)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**704.467**	**408.088**	**856.126**	**570.603**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras			(13.307)	(3.007)	(19.663)
Resgates de aplicações financeiras		290.030	27.615	292.441	25.925
Aquisição de imobilizado e intangível		(734.318)	(760.426)	(800.796)	(777.349)
Aumento de capital em investidas		(22.500)	(23.602)		(9.103)
Recebimento pela venda de investimento - Níquel		28.860		28.860	
Recebimento pela venda de investimento - Alunorte			236.846		236.846
Recebimento pela venda de investimento - Santa Cruz			1.617		1.617
Redução de capital em investidas	1.1 (d)	110.000	2.148		
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível			25.273		24.836
Dividendos e JCP recebidos	16 (d)	65.613	86.834	150.088	157.720
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(262.315)**	**(417.002)**	**(332.414)**	**(359.171)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de recursos	22 (c)	1.145.581	506.531	1.145.581	523.946
Custo de captações de recursos		(45.067)	(4.721)	(45.067)	(4.877)
Liquidação de empréstimos, financiamentos debêntures	22 (c)	(1.096.471)	(1.063.686)	(1.099.909)	(1.066.438)
Ganhos (perdas) realizados com instrumentos financeiros derivativos (i)		(164.644)	176.284	(164.644)	164.644
Dividendos e JCP pagos				(94.876)	(129.815)
Liquidação de arrendamentos	21 (b)	(84.425)	(52.942)	(94.309)	(60.484)
Aumento de capital			20.871		20.871
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(245.026)**	**(245.026)**	**(353.224)**	**(540.513)**
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(40.298)	106.246	(44.218)	120.817
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		197.126	(426.577)	170.488	(329.081)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**817.743**	**1.138.074**	**1.141.965**	**1.350.229**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**974.571**	**817.743**	**1.268.235**	**1.141.965**
Transações que não afetaram caixa					
Novos contratos de arrendamento	21 (a)	102.087	181.584	110.045	181.849
Aquisição de imobilizado e intangível		(71.233)	(78.317)	(124.046)	(80.681)

(i) A Companhia reviseu sua política contábil de apresentação das liquidações de instrumentos financeiros derivativos no fluxo de caixa. Como resultado, os ganhos e perdas realizados dos juros pagos desses instrumentos passaram a ser apresentados nas atividades operacionais, enquanto a liquidação do principal permanece classificada de acordo com a natureza do item protegido, em conformidade com sua classificação econômica.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
(*) (Reapresentado) Nota 2.1(c)	**Nota**	**2025**	**2024(*)**	**2025**	**2024(*)**
Receitas					
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		9.015.545	8.233.997	10.455.251	9.667.872
Outras receitas operacionais, líquidas		277.802	338.827	291.227	306.933
Reversão (provisão) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6	(8.471)	3.190	(7.903)	2.952
Ativos construídos pela empresa para uso próprio		192.169	244.805	192.169	244.805
		9.477.045	8.820.819	10.930.744	10.222.562
Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas e outros insumos de produção		(6.741.768)	(6.071.797)	(7.846.047)	(7.192.809)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(391.747)	(436.943)	(433.390)	(461.678)
Reversão (constituição) para desvalorização de ativos (*impairment*)		34.892	(63.924)	20.215	(109.731)
		(7.098.623)	(6.572.664)	(8.259.222)	(7.764.218)
Valor adicionado bruto		2.378.422	2.248.155	2.671.522	2.458.344
Depreciação, amortização e exaustão	6	(674.481)	(567.433)	(758.235)	(643.335)
Valor adicionado líquido produzido		1.703.941	1.680.722	1.913.287	1.815.009
Transferências					
Resultado de participações societárias	18 (a)	73.097	(70.681)	133.720	129.219
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		702.425	462.267	769.629	516.481
Receitas de aluguéis		7.613	5.987	7.613	6.990
		783.135	398.573	910.962	652.690
Valor adicionado total a distribuir		2.487.076	2.079.295	2.824.249	2.467.699
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		675.194	627.654	759.662	707.562
Benefícios		190.333	160.709	215.754	182.673
FGTS		40.329	36.587	46.404	41.895
		905.856	824.950	1.021.820	932.130
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		377.666	(90.260)	439.992	11.861
Estaduais		133.069	33.921	115.686	17.682
Municipais		3.251	3.244	4.602	4.534
		513.986	(53.095)	560.280	34.077
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		920.066	1.427.560	982.904	1.512.555
Juros capitalizados		514	6.805	514	6.805
Aluguéis e arrendamentos		25.614	53.746	28.877	55.021
		946.194	1.488.111	1.012.295	1.574.381
Remuneração de capitais próprios					
Participação dos acionistas não controladores				24.839	51.407
Dividendos - acionistas não controladores				83.975	56.375
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		92.293	(180.671)	92.293	(180.671)
Dividendos mínimos obrigatórios		28.747		28.747	
		121.040	(180.671)	229.854	(72.889)
Valor adicionado distribuído		2.487.076	2.079.295	2.824.249	2.467.699

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações sobre o Grupo

A Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia" ou "CBA") é uma sociedade por ações de capital aberto sediada na cidade de São Paulo, controlada pela Votorantim S.A. ("VSA"), tendo como atividades preponderantes a exploração e o aproveitamento de jazidas de bauxita no território nacional, produzindo e/ou comercializando, no país e no exterior, alumina, alumínio primário e transformados, possuindo ampla linha de produtos, como lingotes, tarugos, chapas, bobinas, folhas e extrudados. Além disso, possui outras unidades produtivas, detidas por meio de suas controladas. As ações ordinárias da Companhia são negociadas na B3, sob o código CBAV3. A bauxita processada pela CBA é proveniente de três minas próprias, em Goiás (Barro Alto) e Minas Gerais (Poços de Caldas e Mirai), além de menor volume adquirido de produtor em Goiás, com contrato até 2028. A CBA possui como controladas: a CBA Itapissuma Ltda. ("CBA Itapissuma"), com capacidade de 50 mil toneladas anuais de alumínio laminado; a Metalex Ltda. ("Metalex"), que recicla alumínio com capacidade de 90 mil toneladas por ano e a Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda. ("Alux"), especializada em ligas de alumínio secundário e reciclagem, com capacidade de 46 mil toneladas anuais. A Companhia possui 21 usinas hidrelétricas próprias e participa de consórcios, com capacidade total de 1,4 gigawatt de capacidade instalada 100% renovável (contribuindo para a produção de alumínio de baixo carbono), já ajustada pela participação da Companhia nos ativos e com capacidade de geração média de 52,18%, além de cinco parques eólicos no Nordeste com capacidade de 356 megawatt. A energia excedente é vendida no mercado local. A Companhia possui uma unidade de Níquel, denominada Mineração Macedo Ltda. localizada em Niquelândia (Goiás), que contempla uma mina integrada a uma planta industrial produtora de carbonato de níquel que se encontra em suspensão desde 2016 e sem volumes de produção, a Companhia vem buscando alternativas estratégicas para o negócio. A CBA também possui o Legado Verdes do Cerrado, localizado em Niquelândia, que contempla uma área de 32 mil hectares que estão sob gestão das Reservas Votorantim (Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável - RPDS), e promove pesquisa científica, inovação e ações que valorizam a biodiversidade. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: (a) Participação em ativos de autoprodução de energia eólica:** Em maio de 2025, a Companhia firmou acordos vinculantes com as empresas Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. ("Casa dos Ventos") e Auren Energia S.A. (parte relacionada "Auren Energia"), para aquisição de participação em ativos de autoprodução de energia eólica nos Complexos Serra do Tigre e Cajuína, respectivamente. Os acordos preveem o fornecimento de 60MWm e 55MWm, respectivamente, com vigência de 15 anos, destinados à fábrica em Alumínio. As operações foram aprovadas pelo CADE. Em 31 de outubro de 2025 foi concluída a aquisição de participação no Complexo Serra do Tigre, com fornecimento de energia a partir dessa data. A conclusão da transação com Auren Energia está condicionada ao atendimento das demais condições precedentes, com fornecimento de energia para iniciar em janeiro de 2027. **(b) Aumento das tarifas sobre exportações de alumínio para os Estados Unidos:** Em fevereiro de 2025, o presidente dos Estados Unidos anunciou o aumento da tarifa de importação de alumínio para 25%, posteriormente aumentou a tarifa para 50%, que está em vigor desde junho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida consolidada de exportação para os Estados Unidos foi de R$165.008, que corresponde, aproximadamente 1,88% da receita total. A Administração acompanha os desdobramentos, monitorando ativamente a situação, buscando alternativas para minimizar potenciais impactos negativos e avaliando continuamente a necessidade de ajustes em seus planos estratégicos, orçamentários e de diversificação, diante das mudanças do cenário internacional. **(c) Captação e amortização de empréstimos:** Como parte da estratégia de gestão de passivos voltada à redução da alavancagem bruta, à diversificação das fontes de financiamento, ao alongamento do prazo e redução do custo da dívida, ao longo de 2025 a Companhia realizou antecipadamente dívidas, refinanciou algumas de suas linhas e fez novas captações. Dentre essas ações está a liquidação antecipada, em março de 2025, de contratos de financiamentos à exportação (Nota de Crédito à Exportação e Pré Pagamento de Exportação), no montante total de R$505.606, cujo vencimento final seria em 2028. Em junho de 2025, a CBA refinanciou sua Nota de Crédito à Exportação ("NCE") no valor de R$500.000, alongando o prazo de vencimento para junho de 2032 e reduzindo o custo de CDI+1,95% para CDI + 1,20% a.a. A remensuração decorrente do refinanciamento gerou um efeito contábil positivo de R$19.065, sem efeito caixa, reconhecido como receita financeira, referente à diferença entre o valor presente do fluxo de caixa original e refinanciado. Adicionalmente, foi contratado *swap* (instrumento financeiro derivativo) com o objetivo de converter a taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada de 5,89% a.a. em dólares americanos. Em julho de 2025, a Companhia fez a sua segunda emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R$530.000 e com amortização em julho de 2032, e custo de CDI+1,20% ao ano. Também foi contratado *swap* que converte a taxa de CDI para uma taxa pré-fixada em dólares de 5,88% a.a. A emissão foi caracterizada como vinculada a indicadores ESG e o cumprimento dessas metas anuais poderá resultar em benefício financeiro por meio da redução na tarifa em caso de resgate antecipado dos títulos. Com parte dos recursos dessa emissão, no mesmo mês a Companhia efetuou o resgate de sua primeira emissão de debênture no valor de R$230.000, visando o alongamento do perfil da dívida e redução dos custos. Também em julho, a CBA concluiu a captação via linha de financiamento às exportações (Pré pagamento de Exportações) em duas *tranches* em Euros e Dólares totalizando EUR44.000 (R$281.182) e USD50.000 (R$279.850), respectivamente, com vencimento em 2035. Essa operação contou com a garantia da SACE, Agência de Crédito à Exportação (*Export Credit Agency*) italiana, e foi caracterizada como vinculada a indicadores ESG, sendo necessário o acompanhamento de metas anuais, com a primeira validação em março de 2026, que poderá resultar em incremento ou redução no custo deste empréstimo. Foi ainda contratado um *swap* destinado à conversão da exposição da tranche em euros de taxa de EURIBOR para uma taxa pré-fixada em dólares, resultando em um custo médio em dólares de 4,86% a.a. No mesmo mês, a Companhia substituiu sua linha de crédito rotativo atual (*Revolving Credit Facility - RCF*) por uma nova no mesmo montante de USD100.000 equivalente a R$550.240 considerando o câmbio de fechamento do período. O custo da linha não sofreu alteração e a nova operação tem vencimento em julho de 2030. A nova linha manteve a caracterização como vinculada a indicadores ESG e conta com a participação de 10 bancos internacionais. Em setembro de 2025, a CBA liquidou antecipadamente dois empréstimos totalizando USD20.000 (R$107.280) e USD41.500 (R$224.797), com vencimento original em março de 2028 e setembro de 2029, respectivamente. **(d) Redução de capital na investida CBA Itapissuma:** Em 24 de junho de 2025, foi efetivada a redução de capital social da CBA Itapissuma, com a transferência de caixa no montante de R$110.000 para a CBA.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e resumo das práticas contábeis materiais

2.1 Base de apresentação: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ("Informações Anuais") foram preparadas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a legislação societária brasileira e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*). As Informações Anuais evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, foram mensurados ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As políticas contábeis das controladas, coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 4. A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 4 de março de 2026. **(c) Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2024:** Em atendimento a Resolução CVM 199/2024 no preenchimento da Demonstração do Valor Adicionado "DVA", a Companhia procedeu a reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As reclassificações, com efeitos positivos e negativos, não alteraram o resultado, o patrimônio líquido, os fluxos de caixa da Companhia ou outros índices no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, afetando apenas a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado. Dessa forma, alguns itens foram reclassificados ou tiveram os critérios de reconhecimento adotados para a apresentação da DVA alterados e as principais reclassificações estão descritas abaixo: (i) Reclassificação de tributos sobre compras de insumos, do grupo de "Impostos, taxas e contribuições" para a linha de "Matérias-primas e outros insumos de produção" no montante de R$1.378.324; (ii) Reclassificação da linha "Despesas de materiais, serviços de terceiros e outros" para a linha de "Outras receitas operacionais, líquidas" o valor de R$289.871; (i

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2024			Consolidado 2024		
	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024 (Reapresentado)	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024 (Reapresentado)
Receitas						
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)	8.233.997		8.233.997	9.680.869	(12.997)	9.667.872
Outras receitas operacionais, líquidas	(101.713)	440.540	338.827	(122.852)	429.785	306.933
Reversão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11.579	(8.389)	3.190	11.341	(8.389)	2.952
Ativos construídos pela empresa para uso próprio		244.805	244.805		244.805	244.805
	8.143.863	676.956	8.820.819	9.569.358	653.204	10.222.562
Insumos adquiridos de terceiros						
Matérias-primas e outros insumos de produção	(4.145.427)	(1.926.370)	(6.071.797)	(4.893.850)	(2.298.959)	(7.192.809)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(749.978)	313.035	(436.943)	(859.599)	397.921	(461.678)
Reversão (constituição) para desvalorização de ativos (*impairment*)	35.419	(99.343)	(63.924)	(10.388)	(99.343)	(109.731)
	(4.859.986)	(1.712.678)	(6.572.664)	(5.763.837)	(2.000.381)	(7.764.218)
Valor adicionado bruto	3.283.877	(1.035.722)	2.248.155	3.805.521	(1.347.177)	2.458.344
Depreciação, amortização e exaustão	(567.433)		(567.433)	(643.335)		(643.335)
Valor adicionado líquido produzido	2.716.444	(1.035.722)	1.680.722	3.162.186	(1.347.177)	1.815.009
Transferências						
Resultado de participações societárias	(70.681)		(70.681)	129.219		129.219
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	241.968	220.299	462.267	263.880	252.601	516.481
Receitas de aluguéis		6.987	6.987		6.990	6.990
	171.287	227.286	398.573	393.099	259.591	652.690
Valor adicionado total a distribuir	**2.887.731**	**(808.436)**	**2.079.295**	**3.555.285**	**(1.087.586)**	**2.467.699**

	Controladora 2024			Consolidado 2024		
	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024 (Reapresentado)	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024 (Reapresentado)
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos sociais						
Remuneração direta	594.304	33.350	627.654	671.579	35.983	707.562
Benefícios	169.366	(8.657)	160.709	192.729	(10.056)	182.673
FGTS	36.587		36.587	41.895		41.895
	800.257	24.693	824.950	906.203	25.927	932.130
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	517.546	(607.806)	(90.260)	780.593	(768.732)	11.861
Estaduais	469.270	(435.349)	33.921	602.653	(584.971)	17.682
Municipais	3.244		3.244	4.534		4.534
	990.060	(1.043.155)	(53.095)	1.387.780	(1.353.703)	34.077
Remuneração de capitais de terceiros						
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	1.227.482	200.078	1.427.560	1.282.313	230.242	1.512.555
Juros capitalizados		6.805	6.805		6.805	6.805
Aluguéis e arrendamentos	50.603	3.143	53.746	51.878	3.143	55.021
	1.278.085	210.026	1.488.111	1.334.191	240.190	1.574.381
Remuneração de capitais próprios						
Participação dos acionistas não controladores				51.407		51.407
Dividendos - acionistas não controladores				56.375		56.375
Prejuízo do exercício	(180.671)		(180.671)	(180.671)		(180.671)
	(180.671)		(180.671)	(72.889)		(72.889)
Valor adicionado distribuído	**2.887.731**	**(808.436)**	**2.079.295**	**3.555.285**	**(1.087.586)**	**2.467.699**

2.2 Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 2.2 (c). **(a) Controladas:** Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Coligada e operações em conjunto:** O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, inicialmente reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*. A operação em conjunto (*joint operation*) é contabilizada nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Principais empresas consolidadas	Percentual do capital votante 2025	2024	Localização da sede	Atividade principal
Controladas				
Alux do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias
CBA Energia Participações S.A.	100,00	100,00	Curitiba	Participação em sociedades de geração de energia
CBA Itapissuma Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Produção de laminados de alumínio
CBA Machadinho Geração de Energia Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Participação em sociedades de geração de energia
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Instalação e manutenção elétrica
Metalex Ltda.	100,00	100,00	São Paulo	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias
Mineração Macedo Ltda.	100,00	100,00	Niquelândia	Extração de minério de níquel
Operação em conjunto				
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	15,00	15,00	Santa Catarina	Geração de energia elétrica
Fundos de aplicação financeira exclusivos				
Fundo de Investimento Master Multimercado - Crédito privado	100,00	100,00	Brasil	Gestão de recursos financeiros

Principais empresas não consolidadas	Percentual do capital votante 2025	2024	Localização da sede	Atividade principal
Coligadas				
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	25,44	25,44	Santa Catarina	Geração de energia elétrica

2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real ("R$"). **(b) Transações e saldos:** As operações em moedas estrangeiras são convertidas em reais às taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no encerramento do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Variações cambiais, líquidas".

3. Novas normas, interpretações contábeis e legislações

3.1 Normas, interpretações contábeis e legislações adotadas: A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis que entraram em vigor no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, e não identificaram impactos relevantes em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Normas, interpretações contábeis e legislações que ainda não estão em vigor: A Companhia adotará as normas e interpretações novas e alteradas, à medida que entrarem em vigor: (i) CBPS 01 e CBPS 02 - Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2026; (ii) IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027; (iii) Alterações ao IFRS 7 e IFRS 9 - Contratos que tenham como referência a energia e cuja geração dependa de recursos naturais, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2026; (iv) Reforma tributária no Brasil - Trata-se de mudanças significativas no sistema tributário nacional, especialmente no que se refere à tributação do consumo, com a substituição gradual dos tributos atuais por um novo IVA dual. A transição tem início em 2026, de forma escalonada, com implementação integral prevista para 2033.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais estimativas e premissas aplicadas pela Administração incluem, entre outras, a determinação da vida útil econômica dos ativos, as premissas de preços futuros do alumínio (LME), as taxas de desconto utilizadas no descomissionamento, a recuperabilidade de créditos tributários e a mensuração de provisões. Alterações nessas premissas podem resultar em impactos materiais sobre os resultados e a posição financeira da Companhia. As estimativas contábeis raramente correspondem exatamente aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo: (i) Provisão para perdas nos estoques (Nota 14); (ii) Análise do valor recuperável de tributos (Nota 15 e 24(b));; (iii) Valor justo (MtM) do excedente de energia (Nota 17); (iv) Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (Notas 19 e 20); (v) Análise do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 19 e 20); (vi) Obrigações futuras tratidas a valor presente (Nota 26); (vii) Valor presente da obrigação em contratos de arrendamento (Nota 21); (viii) Reconhecimento e mensuração de provisões (Nota 25); (ix) Valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.2).

11. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos com liquidez de curto prazo que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco baixo de mudança de valor.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Moeda nacional				
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	313.609	103.243	478.059	358.332
Operações compromissadas - Títulos públicos	268.471	52.366	361.568	74.676
Operações compromissadas - Títulos privados		17.137		17.137
Caixa e bancos	505	3.935	5.547	5.995
	582.585	176.681	845.174	456.140
Moeda estrangeira				
Caixa e bancos	379.250	573.050	410.325	617.813
Time Deposits	12.736	68.012	12.736	68.012
	391.986	641.062	423.061	685.825
	974.571	817.743	1.268.235	1.141.965

Em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos médios em moeda nacional dos CDBs e operações compromissadas foram de 101,05% a.a. e 99,63% a.a., respectivamente (31 de dezembro de 2024: 93,88% a.a. e 96,63% a.a., respectivamente) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Em moeda estrangeira, os rendimentos médios da conta remunerada no exterior foram de 4,06% a.a. (31 de dezembro de 2024: 4,27% a.a.) e dos "*time deposits*" foram 4,34% a.a. (31 de dezembro de 2024: 4,51% a.a.). A classificação de risco de crédito das contrapartes bancárias está apresentada na Nota 10.

27. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 24 de abril de 2025, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") foi aprovada a redução de capital social da Companhia no valor de R$401.048, para absorção dos prejuízos acumulados apurados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem restituição de valores aos acionistas. A operação não implicou alteração na participação dos acionistas no capital da Companhia e não gerou efeitos sobre o caixa. Em 20 de maio de 2025, a Companhia obteve a aprovação dos credores e a redução de capital foi efetivada, passando o capital social para R$4.554.454. Em 31 de dezembro 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 4.554.454 (31 de dezembro de 2024: R$4.955.502), composto por 651.072.697 (31 de dezembro de 2024: 651.072.697) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R$44.412 (31 de dezembro de 2024: R$44.412). A composição do capital social é apresentada a seguir:

	2025 Quantidade de ações	2025 (%)	2024 Quantidade de ações	2024 (%)
Acionistas				
Votorantim S.A.	446.606.615	68,60%	446.606.615	68,60%
Outros acionistas	204.466.082	31,40%	204.466.082	31,40%
	651.072.697	100%	651.072.697	100%

(b) Dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal. Dessa forma, o cálculo dos dividendos em 31 de dezembro de 2025 é demonstrado a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	121.040
Reserva legal - 5%	(6.052)
Base de cálculo dos dividendos	114.988
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	28.747
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	651.073
Dividendos por lote de mil ações	44,15

(c) Reserva legal e reserva estatutária: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva estatutária, no montante de R$86.241, refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício, a fim de atender ao reforço de capital de giro, observados os limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. **(d) Ajuste de avaliação patrimonial:** As variações decorrem substancialmente da marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa relacionados à exposição cambial, conforme apresentado abaixo:

	Atribuível aos acionistas controladores
Em 1º de janeiro de 2024	(127.625)
Hedge accounting operacional	(779.299)
Tributos diferidos	264.962
Outros resultados abrangentes	(13.693)
Outros resultados abrangentes	(528.030)
Em 31 de dezembro de 2024	(655.655)
Em 1º de janeiro de 2025	(655.655)
Hedge accounting operacional	465.640
Realização de reserva *de hedge accounting* operacional (nota 5.1)	163.543
Tributos diferidos	(213.922)
Outros resultados abrangentes	415.261
Em 31 de dezembro de 2025	(240.394)

(e) Lucro (prejuízo) básico por ação: É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

32. Eventos subsequentes

Nova captação de empréstimos: Em janeiro de 2026, a Companhia firmou um novo contrato junto ao BNDES no montante de R$ 715.977 que permite o financiamento de determinados projetos de Capex. Esse contrato possui 2 tranches com custo de Selic + 1,25%a.a. e Selic + 1,65%a.a. Ambas as tranches possuem vencimento final em fevereiro de 2046. Até o momento desta divulgação não tivemos liberações de recursos atreladas a esta linha de crédito. **Celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações pelo Acionista Controlador:** Conforme Fato Relevante divulgado em 29 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu comunicação de seu acionista controlador, Votorantim S.A., informando a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações com Aluminum Corporation of China Limited (Chalco) e Rio Tinto, tendo por objeto a alienação da totalidade de sua participação acionária na Companhia, correspondente a 68,596% do capital social total e votante. O fechamento da operação, cujo preço base acordado é de R$ 10,50 por ação, está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais em operações dessa natureza, incluindo aprovações concorrenciais e regulatórias no Brasil e no exterior. O fechamento da operação implicará transferência do controle acionário da Companhia aos compradores e a obrigação de realizar Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA") da participação dos demais acionistas da Companhia. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a operação não havia sido concluída.

DIRETORIA

Luciano Francisco Alves
Diretor Presidente

Camila Abel Correia da Silva
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Renato Maia Lopes
Diretor Jurídico, Governança, Riscos e Compliance

Rogério Minatel
Diretor do Negócio de Produtos Primários e Energia

Roseli Maria de Souza Milagres
Diretora do Negócios de Produtos Transformados e Reciclagem

Andressa Rissato Brolacci Lamana
Diretora de Pessoas e Digital

Albino Mercado Júnior
Diretor de Engenharia e Tecnologia

CONTADOR

Guilherme do Amaral Bortolotto
CRC PR 076267/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Brasileira de Alumínio

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos intangíveis de vida útil indefinida (Nota 20.a)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R$ 872.825 mil, referente a ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Companhia estimou o valor recuperável, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como o preço médio do alumínio na London Metal Exchange ("LME"), projeções de câmbio, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade.

A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, consequentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida (teste de *impairment*).

Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação das premissas-chave utilizadas na avaliação do valor recuperável.

Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas-chave utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos como a taxa de desconto, o preço futuro do alumínio e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos intangíveis.

Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment*, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24.b)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta registrado na Controladora e no Consolidado, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no valor de R$ 308.753 mil.

Esses saldos de impostos diferidos ativos são registrados contabilmente com base na existência de probabilidade razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros para a realização desses ativos não circulantes.

A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas em seu planejamento estratégico. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente.

A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas em seu planejamento estratégico. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente.

Devido às incertezas inerentes as projeções de fluxo de caixa e às estimativas e julgamentos utilizados pela administração na determinação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos, à complexidade inerente a esse processo e o modelo matemático das projeções, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós.

Como resposta de auditoria efetuamos os seguintes procedimentos:

Obtivemos a análise de recuperabilidade dos tributos diferidos ativos preparada pela administração da Companhia e verificamos que as principais premissas guardam relação com o plano de negócios de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração.

Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável.

Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de finanças corporativas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio do alumínio na London Metal Exchange ("LME"), assim como projeções de câmbio e testes sobre o modelo matemático das projeções.

Efetuamos a comparação com os dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos tributos diferidos, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") (Nota 15)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado no grupo de tributos a recuperar, os montantes de R$ 502.755 mil e R$ 546.190 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, oriundos de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

A realização desses tributos está diretamente associada à efetividade do plano de escoamento de créditos da sociedade, os quais consistem principalmente em (i) geração de débitos a pagar no futuro que poderão ser compensados com os referidos tributos a recuperar; (ii) habilitação e venda de créditos de ICMS para empresas do próprio grupo ou terceiras; (iii) obtenção de regime especial tributário junto ao estado de São Paulo para a suspensão de ICMS nas operações de importações de determinados insumos, de modo a evitar futuro acúmulo.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros:

Avaliação da origem dos créditos, natureza dos insumos, seu registro e declaração para as autoridades fazendárias nos livros fiscais.

O entendimento da metodologia de cálculo e principais premissas para avaliação da recuperabilidade do saldo de ICMS.

Com o apoio de nossos especialistas internos em tributos, efetuamos a discussão sobre os critérios e premissas adotados pela Administração para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS.

Avaliação e julgamento sobre as possibilidades de escoamento apresentadas pela administração e sua aplicabilidade.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros designados como hedge accounting (Nota 29.2)

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a volatilidade dos índices e taxas em seus fluxos de caixa.

Para atingir seus objetivos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros não derivativos e designa como instrumento de hedge na aplicação da política de contabilidade de proteção (*hedge accounting*), realizando periodicamente, testes de efetividade sobre as relações de hedge designadas.

A designação desses instrumentos financeiros como *hedge accounting*, assim como a mensuração de sua efetividade, requerem o cumprimento de certas obrigações formais, julgamentos em relação à proteção efetiva do risco de variação cambial e ao alinhamento dos objetivos de proteção à sua estratégia de gestão de riscos do negócio.

Dada a complexidade envolvida na designação e periódica mensuração da efetividade das relações de contabilidade de proteção mantidas pela Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e pela assinatura. As datas das publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

SEXTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

uma empresa
ViaQuatro motiva

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

1. Sobre a Companhia: Aos Acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Neste exercício, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaQuatro" ou ("Companhia") ou ("Concessionária") continuou enfatizando o aprimoramento de seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., denominada ViaQuatro, com sede em São Paulo, Capital e sua subsidiária integral a Companhia Four Trilhos Administração e Participação ("Four Trilhos" ou "Companhia") tem como objeto a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação, manutenção e conservação, além de explorar atividades, complementares, acessórias ou projetos associados dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra. **Destaques de 2025:** Em 2025 foi assinado o Termo Aditivo nº 10 para a oficialização da construção da extensão da Linha 4-Amarela até Taboão da Serra. O projeto contemplá 3,3 km de extensão, duas novas superfícies (Taboão da Serra e Jardim do Embaixador), seis trens adicionais, sistema de ventilação e energia, além da inclusão do escopo de implantação, operação e manutenção. A iniciativa representa a primeira linha de metrô a ser implantada na região do Município de São Paulo e ampliará em estimado de 49,3 mil usuários por dia. O modelo prevê requisição econômico-financeira por meio da extensão do prazo contratual em 20 anos, até 2060, e investimento total estimado em R$ 3,9 bilhões (incluindo REIDI), com aporte público previsto de R$ 2,9 bilhões.

2. Desempenho econômico-financeiro – Consolidado

Em R$ mil	2025	2024	Var %
Receita líquida (excluída a receita de construção)	**1.990.016**	**1.157.490**	**72%**
(+) Receita de construção	216.058	61.579	251%
Custos e despesas (a)	**(596.056)**	**(474.659)**	**26%**
Depreciação e amortização	(83.083)	(96.623)	-14%
Serviços de terceiros	(67.312)	(61.823)	9%
Custo com pessoal	(158.500)	(142.977)	11%
Custo de construção	(216.058)	(61.579)	251%
Outros custos e resultados operacionais	(71.103)	(111.657)	-36%
EBIT ajustado	**1.610.018**	**744.410**	**116%**
Margem EBIT Ajustado (b)	**81%**	**64%**	**26%**
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	79.391	58.667	35%
EBIT (c)	**1.689.409**	**803.077**	**110%**
Margem EBIT	**85%**	**69%**	**23%**
(+) Depreciação e amortização	83.083	96.623	-14%
EBITDA (c)	**1.772.492**	**899.700**	**97%**
Margem EBITDA	**89%**	**78%**	**15%**
(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(79.391)	(58.667)	35%
EBITDA Ajustado (d)	**1.693.101**	**841.033**	**101%**
Margem EBITDA Ajustado (d)	**85%**	**73%**	**17%**
(-) Resultado Financeiro Líquido	(175.571)	(124.523)	41%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.434.447**	**619.887**	**131%**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(452.370)	(183.378)	**147%**
Lucro Líquido	**982.077**	**436.509**	**125%**
Endividamento Bruto (e)	**1.568.339**	**1.755.686**	**-11%**
Investimentos (Caixa) (f)	**264.945**	**100.193**	**164%**

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais; (b) A margem EBIT ajustado foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que não gera qualquer impacto no EBITDA, conforme Ofício-Circular SNC/SEP nº 02/2024; (c) Calculados de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022; (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que está é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais; (e) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos de transação); e (f) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado e intangível. **Receita líquida:** Em 2025, a receita líquida apresentou crescimento de 72%, em relação a 2024, totalizando R$ 1.990 milhões. Esse aumento decorre, principalmente, do reconhecimento, em setembro de 2025, do direito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em favor da Concessionária, conforme estabelecido no Termo Aditivo nº 10/2025. Tal recomposição refere-se ao atraso na entrada em operação das Estações Morumbi e Vila Sônia (Fase II), que gerou perda de receita tarifária a Concessionária, tendo o Poder Concedente reconhecido formalmente esse desequilíbrio e definido sua compensação contratual. Essa diferença de R$ 933,4 milhões reconhecidos em 2025 (Reequilíbrio: R$ 805 milhões; Juros: R$ 87 milhões; e Correção Monetária: R$ 41 milhões). Ademais, registro-se uma variação negativa de R$ 29 milhões referente à Fase I, em decorrência da variação de indicadores macroeconômicos. **Custos e despesas:** O aumento verificado em custos e despesas decorre, principalmente, do acréscimo de 11% nos gastos com pessoal, em razão do reajuste previsto no dissídio. Por outro lado, em "Outros custos e resultados operacionais", houve o reversão de R$ 30 milhões referente ao IPTU, em função da decisão favorável que impediu o referido tributo. **Resultado financeiro líquido:** A apuração de juros foi maior em relação a 2024, decorrente da 6ª emissão de debêntures e do aumento dos indicadores financeiros. **Imposto de renda e contribuição social:** Houve um aumento na apuração de impostos decorrente do aumento da receita líquida quando comparado a 2024. **Investimentos:** A variação de 164% decorre dos desembolsos referentes às obras de extensão Linha 4 até Taboão da Serra.

3. Estratégia e gestão: 3.1. Governança corporativa: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos e cinco membros suplentes, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos. Os membros de Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária. **3.2. Gestão de pessoas:** Em 2025, o Instituto Motiva - evolução do Instituto CCR - lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidadãos mais resilientes, conectados e preparados para o futuro, alinhada aos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Saúde. Em 2025a, entre outras, o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, 7 mil pessoas diagnosticadas e 1 mil famílias acompanhadas. Ao longo do ano, ampliou a cobertura para mais de R$ 1,7 milhão em apoio a 39 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R$ 1 bilhão. Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios brasileiros, e o Projeto Conte conta, que atende 23.000 pessoas, sendo 550 mil pessoas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Liderados a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, foram consolidadas as Coalizões Mobilidade Ativa e Eco da Educação, e a Estação Motiva Cidadanum, o Estação Motiva Cidadanum, o Estação Motiva Cidadanum, o

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas para assinantes. Íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

continuação

exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limitada à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos reconhecidos a parte ineficaz são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou encerrado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São mantidos para a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utilisa-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Ativos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados são classificados como ativos financeiros. **3.7. Custo de transação no emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a segregação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **3.8. Estoque:** Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, incluí todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado. **3.9. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são tratadas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado em outras receitas/Despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica elou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação anuais demonstradas na nota explicativa n.º 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.10. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso: Reconhecimento de contrapartida de arrendamento de ativos operacionais, mensurados pelo valor presente, deduzidos de amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios. Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente no pela curva de benefício econômico. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 13. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.17. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.11. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros a receber de Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data de balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente dos projetos futuros dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas incluem: a estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura definido, aos indices que regulam as tarifas, as crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.13. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, no quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, reconjecturações dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.14. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Os planos de benefícios pós-emprego são definidos a um valor monetário fixado a uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.15. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social de exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões permanentes e a compensação de prejuízos fiscais limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, as taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseadas nas alíquotas que foram decretadas na data do balanço, e refletir a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para impostos de renda no passado e relacionada a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas que levam a Companhia a mudar sua opinião sobre a adequação de suas estimativas de provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que haverá lucro futuro disponível e contra os quais estes saldo utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil, e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **3.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básica é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas ações ordinárias potenciais, que são ações ordinárias, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). **3.17. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 - R1/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir elou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após sua mensuração pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é considerado como remuneração na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado a margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente no momento da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a determinado prazos decorrentes de requisitos econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de reposição do montante no caso como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contraparta uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o período econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **3.18. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.19. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública metroviária, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é delimitada do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa metroviária dos usuários do metrô (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **3.20. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas e interpretações contábeis materiais nas suas demonstrações financeiras finais em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças cotadas Taxas de Câmbio (IAS 21 - Alterações - Falta de Permutabilidade) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado (Em Conjunto e a IFRS 09 - Transações Conjuntas Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - IAS 27, IFRS 10 e IAS 28); • Créditos de emissão (*allowances*) e Liquidação de Descarbonização (CBIO). **3.21. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substitui o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido de das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPDA) são divulgadas em uma nota demonstrações financeiras. • Orientações agrupamadas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa método indireto. A Companhia avaliará os impactos do IFRS 18 em seguida em relação ao processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo mais abrangentes e aquelas que são classificadas como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não devem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **3.22. Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando o IVA Dual e o Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos sobre o lucro não estão mensurados com maior rigor. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio economico-financeiro, diretrizes de impostos sobre a renda. Essa forma, eventuais impactos decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, mais informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixas e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas. • Derivativos: Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis na hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxas de câmbio; d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais dos clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente suplenta a Companhia à contratação de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 7, 10, 14 e 21. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) e do certificado de depósito interbancário (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 10, 14 e 21. Em 2025, as rentabilidades pela Concessionária por passageiros transportado foram atualizadas pela média ponderada, equivalente a 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), conforme previsto no Contrato de Concessão. **c) Risco de câmbio:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º 21. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado de capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índice (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Controladora Acima de 4 anos
	2024	2025	2026	2027	2028
Debêntures (a)	412.302	388.663	349.716	433.404	722.578
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	7.379	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14.895	104	-	-	-
					Consolidado
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
	2024	2025	2026	2027	2028
Debêntures (a)	412.302	388.663	349.716	433.404	722.578
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.909	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	16.163	114	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 52.415 na Controladora e o montante de R$ 42.136 no Consolidado, substancialmente composto por debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio, detalhados nas notas explicativas n.º 14 e 21. Ainda da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia e sua investida gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	56	56	769	212
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	375.289	182.240	397.648	194.489
Total	375.345	182.296	397.718	194.699

	Controladora		Consolidado	
Aplicações financeiras	2025	2024	2025	2024
Circulante	230.225	93.292	230.225	93.386
Aplicações financeiras (a)	138.049	-	138.049	-
Conta reserva (b)	92.176	93.292	92.176	93.292
Total	230.225	93.292	230.225	93.386

(a) Aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,76% do CDI, equivalente a 14,42% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,56% do CDI, equivalente a 10,83% a.a., em média, 31 de dezembro de 2024). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações relacionadas as debêntures (nota explicativa n.º 14).

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2025	2024	2025	2024
Contas a receber das operações (a)	350.381	240.380	380.123	249.924
Provisão para perda esperada (b)	247	247	23.353	12.025
Contas a receber de Poder Concedente (c)	(235)	(235)	(2.519)	(2.414)
Não Circulante	350.293	240.349	355.281	240.145
Contas a receber das operações (a)	1.784.298	1.690.351	1.784.338	1.690.351
Contas a receber do Poder Concedente (c)	1.784.298	1.690.351	1.784.298	1.690.351
Total	2.143.590	1.930.711	2.164.453	1.940.311

(a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas metroviárias e acessórias (incluído a receitas publicitárias e aluguel de espaços) previstos no contrato de concessão; b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos do Poder Concedente, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber do Poder Concedente, tendo em vista o histórico de não recebimento; e c) Refere-se a: reequilíbrios, mitigação de demanda e estudos de viabilidade para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência	Outros	2025 Total
2024							
Circulante	240.349	90.862	(816.807)	4.837	832.141	8.408	359.290
Reequilíbrio (a)	184.809	47.043	(825.857)	4.837	932.141	-	343.973
Reequilíbrio (b)	29.151	43.319	(72.470)	-	-	-	-
Estudos de viabilidade (c)	26.388	-	(17.480)	-	-	8.408	17.316
Não circulante	1.690.351	758.571	-	267.517	(832.141)	-	1.884.298
Reequilíbrio (a)	1.690.351	758.571	-	267.517	(832.141)	-	1.884.298
Total	1.930.699	848.933	(816.807)	272.354	-	8.408	2.243.588

(a) Reequilíbrio ao contrato de concessão por (i) perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros advinda da pandemia da COVID-19 conforme Termo Aditivo n.º 6; (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intercomparticipadas perdas pela EMTU, que será reembolsado pela Companhia, através da redução da tarifa de remuneração, conforme Termo Aditivo n.º 6; e (iii) reequilíbrio decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II com acréscimo de R$ 0,4230 na tarifa a cada faz jus por passageiro transportado a partir de 1º de setembro de 2025 até 7 de agosto de 2036 para a Companhia, conforme Termo Aditivo n.º 10. (b) Créditos a receber do Poder Concedente, decorrentes de cláusula de mitigação de risco de demanda. Os créditos possuem recebimentos ao longo do período subsequente ao do fato gerador; (c) a Companhia teve os valores de mitigação a partir de julho de 2025, incluídos no reequilíbrio da fase II, contido no Termo Aditivo n.º 10 e (c) Créditos a receber do Poder Concedente, pelo ressarcimento incorrido pela Companhia com o elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da inclusão de investimentos adicionais da Companhia, conforme Termos Aditivos nº 9. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 1.1. **7.2. Aging de contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024	2025	2024
Vencidos	2.143.599	1.930.711	2.163.863	1.936.304
Créditos vencidos até 60 dias	-	-	398	3.713
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	113	293
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	1.045	1.033
Créditos vencidos há mais 180 dias	235	235	2.229	1.577
Total	2.143.834	1.930.946	2.166.972	1.942.724

7.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
Cronograma de recebimento (não circulante)	2025	2024	2025	2024
2027	-	311.040	-	171.042
2028	-	229.626	-	163.004
2029	-	174.610	-	155.384
2030	-	166.135	-	152.313
2031 em diante	-	902.887	-	1.048.602
Total	-	1.784.298	-	1.690.351

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	12.568	8.313	12.934	8.678
IRPJ e CSLL	-	646	-	646
IRRF	12.556	7.657	12.924	8.014
ISS	10	10	10	10
Não Circulante	8.800	9.354	8.800	9.354
IRPJ e CSLL	8.800	9.354	8.800	9.354
Total	21.368	17.667	21.734	18.024

O valor de crédito tributário de IRPJ e CSLL trata-se de impostos retidos na fonte e antecipação. Os créditos classificados no não circulante são sujeitos ao processo administrativo (Manifestação de Inconformidade) e a pagamento judicial. **9. Imposto de renda e contribuição social: 9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido:** A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.422.888	611.197	1.424.447	610.887
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(483.782)	(207.807)	(487.712)	(210.762)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	26.993	19.947	-	-
Despesas indedutíveis	(4.750)	(3.918)

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

continuação

14,20%, 14,00% e 14,12%; e • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*. Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, conforme determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.337 ações, restando 42.187 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*. No exercício findo em 31 de dezembro 2025, foi reconhecido, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 364 milhões aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025. **19. Receitas operacionais líquidas:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	**2.112.115**	**1.148.575**	**2.209.820**	**1.222.088**
Receitas metroviárias	774.770	719.739	774.770	719.739
Receita de remuneração de contas a receber com o Poder Concedente	144.555	-	144.555	-
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	216.058	61.579	216.058	61.579
Receitas de requilíbrio (a)	933.413	247.637	933.413	247.637
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	1.730	1.200
Receitas com multimídia	-	-	63.198	44.828
Receitas com locação de espaço	-	-	24.017	20.768
Receitas com fibra óptica e telefonia	-	-	6.268	6.718
Mitigação de risco de demanda projetada	43.318	119.620	43.318	119.620
Deduções das receitas brutas	**(32)**	**(18)**	**(3.746)**	**(3.828)**
Impostos sobre receitas	(32)	(18)	(3.592)	(2.690)
Abatimentos	-	-	(154)	(330)
Receita operacional líquida	**2.112.083**	**1.148.557**	**2.206.074**	**1.219.089**

(a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente ao contrato de concessão por (i) perda de receita tarifária advinda da pandemia da COVID-19 (Termo Aditivo n.º 8); (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I, e (iii) reequilíbrio decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II, conforme Termo Aditivo n.º 10. **20. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras	**(227.768)**	**(156.765)**	**(227.857)**	**(156.843)**
Variação monetária sobre debêntures	(14.188)	(19.545)	(14.188)	(19.545)
Juros sobre debêntures	(217.789)	(138.936)	(217.789)	(138.936)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(411)	(262)	(411)	(262)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(42)	(54)	(42)	(54)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.377)	(2.259)	(2.466)	(2.337)
Capitalização de custos de empréstimos	7.039	4.291	7.039	4.291
Receitas financeiras	**49.570**	**30.376**	**52.288**	**32.320**
Rendimento sobre aplicações financeiras	46.953	30.207	51.541	32.075
Variação monetária sobre debêntures	53	-	53	-
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	11	67	11	67
Juros e outras receitas financeiras	553	102	673	175
Resultado financeiro líquido	**(178.198)**	**(126.389)**	**(175.571)**	**(124.523)**

21. Instrumentos financeiros: 21.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluí informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos	Nível	**2.620.982**	**2.212.134**	**2.802.564**	**2.234.331**
Valor justo através do resultado		**467.929**	**275.728**	**628.351**	**288.064**
Caixa e bancos	Nível 2	56	196	70	218
Aplicações financeiras	Nível 2	375.289	182.240	535.697	194.594
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	92.176	93.292	92.176	93.292
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	408	-	408	-
Custo amortizado		**2.153.033**	**1.936.406**	**2.174.213**	**1.946.267**
Contas a receber das operações		12	12	20.866	9.611
Contas a receber do Poder Concedente		2.143.587	1.930.699	2.143.587	1.930.699
Contas a receber de operações com derivativos		1.065	-	1.065	-
Contas a receber de partes relacionadas		8.369	5.695	8.695	5.957

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivos	**(3.018.016)**	**(2.251.729)**	**(3.036.063)**	**(2.254.058)**
Custo amortizado	**(3.018.492)**	**(2.251.729)**	**(3.036.063)**	**(2.254.058)**
Debêntures (a)	(1.568.339)	(1.755.686)	(1.568.339)	(1.755.686)
Fornecedores e outras obrigações	(15.835)	(44.657)	(34.035)	(46.853)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.425.874)	(445.684)	(1.425.874)	(445.684)
Contas a pagar de operações com derivativos	(1.065)	-	(1.065)	-
Fornecedores e outras contas a pagar a partes relacionadas	(7.379)	(5.702)	(5.909)	(5.835)
Total	**(397.530)**	**(39.595)**	**(233.499)**	**(19.727)**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação. **Debêntures: custo de custo amortizado:** Conforme fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	1.571.685	1.580.234	1.760.569	1.758.894

(a). Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas junto à B3, ANBIMA e Bloomberg, adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple A* na data-base. **21.2. Instrumentos financeiros derivativos:** As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou operações de NDF *hedge* para a proteção na mudança no fluxo de pagamento, tendo os instrumentos financeiros derivativos negociados em mercado de balcão. O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

		Valores de Referência (Nocional)		Efeito acumulado	Resultado
		Moeda Local		Valores a receber/ a pagar	Ganho/(Perda) em resultado abrangente
Operação	**Data de vencimento**	2025	2024	2025	2025
NDF - riscos cambiais		**432.308**	**408**	**408**	**408**
Vladuarto	2026 a 2031	432.308	408	408	408
Total		**432.308**	**408**	**408**	**408**

21.3. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo outras estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram considerados eventuais ajustes de operações com derivativos; além das já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, de ganhos ou perdas adicionados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **21.3.1 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Consolidado - Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$** (a) (b) (c)	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
CDI	(1.272.252)	(203.718)	(254.983)	(298.221)
IPC-A	(209.533)	(34.007)	(37.382)	(40.676)
Efeito sobre debêntures	-	**(237.725)**	**(288.325)**	**(338.897)**
CDI	609.799	69.728	86.869	103.903
Efeito sobre as aplicações financeiras	-	**69.728**	**86.869**	**103.903**
Total do efeito líquido de ganhos/(perdas)	-	**(167.997)**	**(201.456)**	**(235.004)**
As taxas de juros consideradas foram(d):				
	Aumento do CDI (d)	14,9000%	18,6250%	22,3500%
	IPC-A (d)	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo das custos de transação, e não consideram os saldos de juros de 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA). **22. Compromissos vinculados a contratos de concessão:** A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromisso de investimento (a)	879.802	750

(a) O aumento refere-se a investimentos adicionais de R$ 3.898.964, contratados com o Poder Concedente por meio do Termo Aditivo 10, líquidos de R$ 2.982.399 de aportes públicos a serem recebidos. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas. **23. Demonstração do fluxo de caixa: 23.1. Transações que não afetaram o caixa:** As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(7.636)**
Contas a receber do Poder Concedente	(7.636)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**7.636**
Outros de ativo intangível	7.636

23.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

Controladora	Debêntures	Arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.755.686)**	**(465)**	**(445.684)**	**(2.201.835)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**419.271**	**317**	**200.000**	**619.588**
Pagamento de principal	202.223	317	-	202.540
Pagamento de juros	217.048	-	-	217.048
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-	-	200.000	200.000
Outras variações que não afetam o caixa	**(231.924)**	**(301)**	**(1.180.190)**	**1.412.415**
Despesas com juros e variação monetária	(231.924)	-	-	(231.924)
Adições de contratos de arrendamento	-	(259)	-	(259)
Ajuste a valor presente	-	(42)	-	(42)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(1.180.190)	(1.180.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.568.339)**	**(449)**	**(1.425.874)**	**(2.994.662)**

Consolidado	Debêntures	Arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.755.686)**	**(465)**	**(445.684)**	**(2.201.835)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**419.271**	**317**	**200.000**	**619.588**
Pagamento de principal	202.223	317	-	202.540
Pagamento de juros	217.048	-	-	217.048
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-	-	200.000	200.000
Outras variações que não afetam o caixa	**(231.924)**	**(301)**	**(1.180.190)**	**1.412.415**
Despesas com juros e variação monetária	(231.924)	-	-	(231.924)
Adições de contratos de arrendamento	-	(259)	-	(259)
Ajuste a valor presente	-	(42)	-	(42)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(1.180.190)	(1.180.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.568.339)**	**(449)**	**(1.425.874)**	**(2.994.662)**

Composição do Conselho de Administração

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes	Presidente
Rodrigo Araujo Alves	Membro Efetivo
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Membro Efetivo
Roberto Pereira Chaves Neto	Membro Efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Membro Efetivo
Stephan Jonnovici Cadier	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Antonio Marcio Barros Silva	Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190869/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. - *São Paulo - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nos também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos da concessão:** Veja as Notas 3.10, 3.17 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R$ 228.315 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias nos ativos de infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Companhia exerceu julgamento para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos - Demonstrações de valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação adicional para fins de *IFRS Accounting Standards* não foram submetidas a procedimentos de auditoria independente em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório de auditoria. Todavia, eventos futuros ou condições futuras podem fazer com que a Companhia e suas controladas a não mais se mantenerem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos, supervisionamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria sobre o grupo. Comunicamos, entre outros, aos responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração a declaração de que nós cumprimos os requisitos éticos relevantes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Sussmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

SWISS REINSURANCE AMERICA CORPORATION - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO BRASIL LTDA.

C.N.P.J./M.F. nº 09.400.825/0001-78 - NIRE 35.222.111.568

19ª ALTERAÇÃO ao CONTRATO SOCIAL DA SWISS REINSURANCE AMERICA CORPORATION - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO BRASIL LTDA.

Pelo presente instrumento particular, as partes: **(i) SWISS REINSURANCE AMERICA CORPORATION**, sociedade devidamente organizada e existente de jure sob as leis do Estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, com sede na Cidade de Armonk, Estados Unidos da América, em King Street, 10504, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.482.728/0001-71, neste ato representada por sua bastante procuradora, a Sra. **Beatriz de Moura Campo Mello Almada,** RG nº 18.673.084-6 SSP/SP e CPF/MF nº 138.051.598-03, nos termos da procuração anexa; **(ii) SWISS REINSURANCE COMPANY LTD**, sociedade regularmente constituída e existente de jure sob as leis da Suíça, com sede em Mythenquai 50/60, 8022 Zurique, CH-8022, C.N.P.J./M.F. nº 05.723.273/0001-88, neste ato representada por sua bastante procuradora, a Sra. **Beatriz de Moura Campos Mello Almada,** acima qualificada, nos termos da procuração anexa; únicas sócias da **SWISS REINSURANCE CORPORATION - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO BRASIL LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de SP/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3064, 8º andar - Parte B, Jardim Paulistano, CEP 01451-000, C.N.P.J./M.F. nº 09.400.825/0001-78, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.222.111.568 e nº 63.965/12-4, em sessão de 11.02.2008, e, ainda, com sua última alteração contratual registrada na JUCESP sob o nº 258.512/25-8, em sessão de 25/07/2025 ("**Sociedade**"), têm entre si justo e contratado, alterar o Contrato Social, de acordo com os seguintes termos e condições: **1.** As sócias decidem, por unanimidade, deslocar, para endereço da Sociedade, a Sra. **Natália Velasques Sanches**, RG nº 33.429.254-2 SSP/SP, CPF nº 297.236.778-22, que ocupará o cargo de Diretora Presidente, para um mandato que permanecerá em vigor até 30/04/2027 conforme o mesmo prazo do outro Diretor da Sociedade. **2.** Neste mesmo ato, a sócia decide ratificar a renúncia do Sr. **Fabio Aturro Corrias,** RG nº 2.793.277 SSP/SP e CPF/MF nº 033.687.088-48, do cargo de Diretor Presidente, pedido que foi realizado no dia 22 de dezembro de 2025 e que retroage aos efeitos desta data. **3.** Em virtude das deliberações acima, resolvem as sócias alterar o Artigo 13 do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: ***Artigo 13º** - Encontram-se nomeados como Diretores da Sociedade: (i) como Diretora Presidente, até 30 de abril de 2027, a Sra. **Natália Velasques Sanches**, RG nº 33.429.254-2 SSP/SP, CPF nº 297.236.778-22, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3064, 8º andar - Parte B, Jardim Paulistano, CEP 01451-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, o qual também atuará como representante-adjunto da Sociedade; e (ii) como Diretora sem designação específica, até 30 de abril de 2027, a Sra. Juliana de Souza Sobréda Alves, brasileira, casada, securitária, portadora da carteira de identidade RG nº 30.243.235-8 SSP/SP, perante o CPF/MF sob o nº 218.728.028-42, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, o qual também atuará como representante-adjunto da Sociedade.* **4.** A Diretora ora eleita declara, sob as penas da lei, não estar impedida para o exercício da atividade mercantil e, nos termos do artigo 1.011, §1º do Código Civil, não terem sido condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.** Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Contrato Social da Sociedade, que não forem expressamente alteradas por este instrumento. **6.** As sócias consolidar o Contrato Social da Sociedade, o qual passa a vigorar, na íntegra, com a seguinte nova redação: **"CONTRATO SOCIAL DA SWISS REINSURANCE AMERICA CORPORATION - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO BRASIL LTDA. CAPÍTULO I - Denominação, sede, foro e duração: Artigo 1º** - A Sociedade denomina-se **SWISS REINSURANCE AMERICA CORPORATION - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO BRASIL LTDA.** e tem sede e foro na Cidade de SP/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 8º andar - Parte B, Jardim Paulistano, CEP 01451-000, podendo abrir e fechar filiais, escritórios e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos Sócios representando 75% do capital social. **Artigo 2º** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - Objeto social: Artigo 3º** - A Sociedade tem por objeto exclusivo a prestação de serviços de representação **SWISS REINSURANCE AMERICA CORPORATION** nos termos da Lei Complementar nº 126, de 15/01/2007, da Resolução CNSP nº 168, de 17/12/2007, da Circular SUSEP nº 359, de 31/01/2008, bem como toda futura regulamentação sobre o assunto. **CAPÍTULO III - Capital Social: Artigo 4º** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 3.606.625,00, dividido em 3.606.625 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, distribuído entre os Sócios da seguinte forma: (i) **SWISS REINSURANCE AMERICA CORPORATION** possui 2.885.300 quotas, no valor total de R$ 2.885.300,00; e (ii) **SWISS REINSURANCE COMPANY LTD**, possui 721.325 quotas, no valor total de R$ 721.325,00. **§1º** - A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **§2º** - Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais, as quais serão tomadas por maioria de votos, exceto quórum específico previsto na legislação em vigor. **CAPÍTULO IV - Administração: Artigo 5º** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 1 e no máximo 4 membros, sendo 1 Presidente e os demais Diretores, sem designação específica, sócios ou não, todos residentes e domiciliados no País, eleitos no Contrato Social, observados os quóruns previstos em lei, com mandato por prazo máximo de três anos, sendo permitida a reeleição. **§1º** - Os Diretores nomeados deverão tomar posse na forma prescrita em lei e poderão ser destituídos, a qualquer tempo, mediante deliberação dos Sócios representando mais da metade do capital social. **§2º** - A representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, cabe a 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador constituído com poderes específicos, nos termos do §5º abaixo, (iii) a dois procuradores em conjunto, com poderes bastantes e específicos, nos termos do §5º abaixo, ou (iv) a 1 Diretor ou 1 procurador isoladamente, devidamente nomeado, na forma prevista no §5º deste artigo, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação perante qualquer repartição federal, estadual, municipal, autarquias e processos administrativos e/ou judiciais. **§3º** - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução para o exercício de seus respectivos cargos. **§4º** - A remuneração dos Diretores será fixada pelos Sócios e levará em conta as funções e responsabilidades de cada um e as despesas gerais da Sociedade. **§5º** - As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser sempre assinadas por pelo menos 1 Diretor, mencionando expressamente nos respectivos instrumentos de mandato os poderes que são outorgados aos procuradores e, com exceção daquelas com poderes "ad judicia", terão prazo de validade determinado. **Parágrafo 6º** - São expressamente vedados os atos praticados por quaisquer dos Sócios, Diretores empregados ou procuradores da Sociedade, que envolverem a Sociedade em obrigações estranhas ao objeto social da Sociedade, tais como avais, fianças, e outras garantias de favor, em benefício próprio ou de terceiros, salvo com a expressa anuência dos Sócios deliberada em cada caso específico, respondendo seu autor pelos atos que praticar ou excessos que cometer no exercício da gestão, sendo nulos tais atos em relação à Socied

Pé-de-Meia: MEC paga incentivo para nascidos em novembro e dezembro

O Ministério da Educação (MEC) paga, na quinta-feira (5), duas parcelas do Programa Pé-de-Meia de 2025 aos estudantes beneficiados que nasceram nos meses de novembro e dezembro.

A primeira parcela é referente à conclusão, em 2025, de uma das séries do ensino médio. A outra parcela é depositada somente aos concluintes desta etapa do ensino que participaram dos dois dias da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Os depósitos são escalonados conforme o mês de nascimento do estudante diretamente nas contas da Caixa Econômica Federal abertas em nome do beneficiário.

Confira o calendário de pagamentos:

janeiro e fevereiro: receberam na quinta-feira (26 de fevereiro);

março e abril: receberam na sexta-feira (27);

maio e junho: receberam nesta segunda-feira (2);

julho e agosto: receberam nesta terça-feira (3);

setembro e outubro: receberam nesta quarta-feira (4);

novembro e dezembro: recebem nesta quinta-feira.

Os valores pagos são: R$ 1 mil. Mais R$ 200, pela participação no Enem de 2025.

Depósito

Os alunos do Pé-de-Meia que foram aprovados no 3º ano em 2025 terão o incentivo de conclusão do Pé-de-Meia liberado para saque imediato, no valor de R$ 1.000, além da parcela única de R$ 200 se fez os dois dias do Enem do ano passado.

Os estudantes do 1º e 2º anos do ensino médio público terão o valor de R$1.000 creditado em conta, que permanecerá bloqueado até a conclusão da etapa.

O estudante pode optar por manter o recurso na poupança da instituição bancária ou direcioná-lo para aplicação no Tesouro Direto, por meio do aplicativo Caixa Tem.

Comprovação pelas redes de ensino

O MEC explica que o pagamento do incentivo de conclusão aos beneficiários do Pé-de-Meia não é gerado automaticamente após o fim das aulas do ano letivo.

Somente aqueles que tiverem suas informações devidamente confirmadas pelas redes de ensino terão os pagamentos garantidos.

O processo de envio de informações pelas secretarias de educação ocorre em duas etapas: a da confirmação da aprovação dos estudantes no fim do ano letivo e a de confirmação da conclusão do ensino médio.

De acordo com a pasta, o objetivo é oferecer mais segurança e qualificação para os dados desta política pública.

Cinco datas

Caso ocorra atraso no envio dos dados dos alunos pela rede de ensino, o governo federal explica que as parcelas do Pé-de-Meia serão depositadas em uma das cinco datas programadas pelo MEC até o início de julho.

O prazo final para as redes de ensino encaminharem as informações das escolas é junho.

Se o pagamento não caiu na primeira data, o aluno deve apenas aguardar a atualização das informações pela rede de ensino.

O MEC orienta os estudantes a acompanharem regularmente sua situação na página virtual Consulta Pé-de-Meia, com acesso pela conta da plataforma Gov.br.

Pé-de-Meia

O Pé-de-Meia beneficia cerca de 4 milhões de estudantes por meio de um incentivo financeiro-educacional do governo federal.

A iniciativa/é/voltada a estudantes matriculados no ensino médio público/inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico).

O programa funciona como uma poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. O objetivo é democratizar o acesso à educação e reduzir a desigualdade social entre os jovens. //Para mais informações, o interessado pode entrar em contato com o Fale Conosco do MEC pelo telefone 0800-61-61-61; e pelo site oficial do Pé-de-Meia. (Agência Brasil)

Programa Lideranças Femininas na Gestão Pública tem inscrições abertas

Foto/Marcelo Camargo/Abr

Estão abertas, até o próximo dia 13, as inscrições para o Programa Lideranças Femininas na Gestão Pública. A ação é promovida pela CAIXA, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC) e o Tesouro Nacional.

As agentes públicas selecionadas farão curso de 40 horas de liderança pública em uma das escolas de negócios mais prestigiadas do mundo, o Instituto Europeu de Administração de Empresas (Insead), na França.

A iniciativa é totalmente custeada pelo banco, incluindo as despesas com passagem aérea internacional, seguro viagem, hospedagem e alimentação no campus. Entre outros temas, serão abordados nas aulas o papel do setor público em um contexto de crise de confiança e enfraquecimento do multilateralismo, pensamento estratégico, inteligência artificial e o processo de tomada de decisão.

As inscrições para a formação internacional podem ser feitas no site da FDC e são exclusivas para agentes públicas de estados e municípios.

As aulas contarão com tradução simultânea e a fluência em língua estrangeira não será um critério de seleção ou eliminação. (Agência Brasil)

PGR defende validade de norma do CFM que proibiu assistolia fetal

Foto/José Cruz/Agência Brasil

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou na quinta-feira (5) ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à restauração da vigência da resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proíbe a realização da chamada assistolia fetal para interrupção de gravidez.

O procedimento é usado pela medicina nos casos de abortos previstos em lei, como caso de estupro, anencefalia e para salvar a vida da gestante.

Em 2024, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu liminarmente a resolução após analisar uma ação do PSOL contra a norma. Na ocasião, o ministro entendeu que houve abuso do poder regulamentar do CFM ao fixar regra não prevista em lei para impedir a realização do procedimento pelos médicos.

Para o Conselho, o ato médico da assistolia provoca a morte do feto antes do procedimento de interrupção da gravidez. Dessa forma, o procedimento deveria ser vetado.

No parecer, o procurador disse que cabe ao CFM resolver dilemas éticos do exercício da medicina e "não há arbitrariedade" na proibição.

"Ainda que se quisesse ver uma pretensão exigível ao aborto no caso do estupro, isso não tolheria o dever-direito do conselho de recusar o uso de técnica que, ao seu juízo técnico, é cruel para com o ainda não nascido que já se desenvolveu por mais de cinco meses no ventre materno", disse Gonet.

Com o parecer da PGR, o Supremo poderá analisar o caso de forma definitiva. Não há prazo para o julgamento. (Agência Brasil)

Brasil pede à OMS inclusão de CID de feminicídio

O Ministério da Saúde solicitou à Organização Mundial da Saúde (OMS) a inclusão da categoria feminicídio na Classificação Internacional de Doenças (CID-11). O objetivo, segundo a pasta, é dar maior visibilidade aos óbitos de mulheres motivados por desigualdade de gênero – atualmente registrados de forma genérica como agressão.

Em nota, o ministério destacou que a violência contra mulheres já é reconhecida pela própria OMS como problema de saúde pública e figura atualmente como um dos principais determinantes sociais da saúde e como grave violação de direitos humanos no Brasil e no mundo.

A proposta deve passar por avaliação técnica e deliberação da OMS e de seus Estados-memos. Se aprovada, passará a integrar a classificação utilizada globalmente. Para a pastam quando uma doença entra na CID, ela deixa de ser vista apenas como relato clínico isolado e passa a ter reconhecimento internacional como condição de saúde.

"Já protocolamos formalmente", reforçou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante coletiva nesta quinta-feira (5). "Isso dá um reforço muito grande na capacidade de notificação. Quando passa a compor um CID, os profissionais encaram isso com responsabilidade maior. E a capacidade de reunir dados também fica muito mais ágil."

Segundo Padilha, a proposta foi bem recebida pela direção da entidade. "Vamos trabalhar firmemente até a próxima assembleia-geral da OMS pra ter uma decisão ainda mais firme sobre isso".

"Vai ser uma contribuição do Brasil para a Classificação Internacional de Doenças, organizada pela Organização Mundial da Saúde. Uma contribuição muito importante pra gente melhorar, qualificar a notificação dessa situação – não só no Brasil como no mundo como um todo", concluiu. (Agência Brasil)

Carteira de crédito da Caixa chegará a R$ 1,5 trilhão neste ano

A carteira de crédito da Caixa Econômica Federal deve atingir R$ 1,5 trilhão neste ano, o que deve ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano, estimou na quinta-feira, (05) o presidente da Caixa, Carlos Vieira, em entrevista coletiva realizada na capital paulista.

"Vai chegar a R$ 1,5 trilhão, vamos comemorar esse número certamente ainda no primeiro semestre", afirmou, ao comentar o desempenho da instituição em 2025.

No ano passado, a Caixa somou R$ 1,38 trilhão em sua carteira de crédito, uma expansão de 11,5% em relação ao ano de 2024.

Os principais destaques foram o financiamento imobiliário, que cresceu 13%, o crédito comercial a pessoas jurídicas (14,2%) e o crédito comercial a pessoas físicas (13,4%). Para este ano, o banco disse esperar uma expansão entre 9% e 13% para sua carteira de crédito.

No ano passado, a Caixa Econômica Federal, registrou lucro líquido recorrente recorde de R$ 15,5 bilhões, desempenho 10,4% superior ao apurado no ano anterior.

BRB

Durante a entrevista, o presidente da Caixa falou sobre a possibilidade do banco adquirir ativos do Banco de Brasília (BRB).

"A Caixa olha para toda essa situação como um banco qualquer de mercado, que se tiver alguma carteira que interesse, vai discutir."

Na última terça-feira, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou um projeto de capitalização do banco estatal de Brasília para cobrir prejuízos relacionados às operações com o Banco Master, alvo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central.

O projeto autoriza o DF a capitalizar o banco e a contratar empréstimo de até R$ 6,6 bilhões com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou com outras instituições financeiras.

Além disso, permite oferecer nove imóveis públicos para venda, transferência ao banco ou estruturação em fundo imobiliário.

Fundo Garantidor

Em fevereiro, o conselho do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) aprovou um plano emergencial para recompor o caixa após o impacto financeiro provocado pela liquidação do Banco Master. A medida foi tomada para que o fundo, que é mantido pelas instituições financeiras para cobrir eventuais quebras e liquidações, tenha liquidez compatível com os riscos do sistema financeiro.

Questionada sobre o tema, a diretoria da Caixa informou que

Foto/José Cruz/Agência Brasil/Arquivo

não prevê que a recomposição do patrimônio do FGC possa trazer impactos sobre o seu balanço.

"Estamos fazendo conta, mas não temos expectativa de que isso venha impactar o balanço a partir da resolução do Banco Central, que permitiu acessar os compulsórios', disse Marcos Brasiliano, vice-presidente financeiro da Caixa.

Agro

O vice-presidente financeiro comentou ainda sobre a inadimplência do setor do agronegócio, que chegou a 14,09% no último trimestre do ano passado.

Brasiliano disse que este é um problema que tem sido enfrentado por todo o mercado, O governo inclusive aprovou uma linha de crédito no ano passado para liberar R$ 12 bilhões para produtores rurais liquidarem ou amortizarem suas dívidas.

Segundo Henriete Sartori, vice-presidente de risco, a estratégia do banco é manter a carteira do agro perto do patamar atual, de R$ 62,9 bilhões. A executiva ainda acrescentou que a expectativa da Caixa é de que agora comece a ocorrer uma certa estabilização na inadimplência do setor.

"No primeiro trimestre a gente espera observar um platô, até porque temos as safras", disse Henriete. (Agência Brasil)

Ação judicial contesta usinas térmicas a carvão em leilão de energia

Uma ação civil pública questiona a inclusão de usinas termelétricas movidas a carvão mineral no Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 (LRCAP), previsto para acontecer no próximo dia 18 de março.

A iniciativa foi registrada na 13ª Vara Federal de Brasília pelo Instituto Internacional Arayara contra a União, o Ministério de Minas e Energia, a Empresa de Pesquisa Energética e a Agência Nacional de Energia Elétrica.

O objetivo do governo com o leilão é contratar reserva de potência para garantir segurança energética em momentos de pico de demanda, especialmente no início da noite, quando a geração solar diminui e a produção eólica pode variar.

Segundo o instituto, usinas a carvão não possuem a flexibilidade necessária para cumprir essa função. Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) citados no processo indicam que o tempo de acionamento dessas usinas — a chamada partida a frio — pode chegar a até oito horas.

A ação menciona como exemplo a Usina Termelétrica de Figueira, no Paraná, que pode levar mais de dez horas adicionais para atingir sua geração máxima após o acionamento inicial. Além disso, a proposta do ministério prevê que as usinas permaneçam ligadas por pelo menos 18 horas consecutivas após o acionamento.

Foto/Ibama/Divulgação

De acordo com o instituto, essa característica operacional pode transformar a reserva de potência em geração contínua. O sistema elétrico reduziria a produção de fontes renováveis, como solar e eólica, para acomodar a geração das térmicas a carvão.

"O Brasil construiu uma matriz energética reconhecida mundialmente como uma das mais limpas, com forte presença de fontes renováveis. Permitir que o carvão ganhe sobrevida por meio de um leilão de reserva, com parâmetros sob medida, é jogar fora esse patrimônio", diz Juliano Bueno de Araújo, diretor do Instituto Internacional Arayara.

A ação também sustenta que a contratação de usinas a carvão contraria compromissos internacionais assumidos pelo país, como o Acordo de Paris, além da Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O documento cita o histórico de impactos ambientais associados ao setor, incluindo a UTE Candiota III, alvo de decisões judiciais relacionadas a contaminação ambiental, e a própria usina de Figueira, atualmente desativada e com passivos ambientais estimados em cerca de R$ 1 bilhão.

Durante o processo de consulta pública do LRCAP 2026, mais de 20 entidades pediram a exclusão do carvão, mas foi negado em nota técnica do governo.

Posicionamento do MME

Desde a portaria que estabeleceu o LRCAP 2026, o Ministério de Minas e Energia defende a realização do leilão e a inclusão de todas as fontes energéticas listadas como medida para reforçar o compromisso do país com o planejamento responsável e a segurança energética.

Segundo a pasta, o processo é conduzido com responsabilidade jurídica e técnica e o LRCAP 2026 é visto como um passo estratégico para fortalecer a segurança, a confiabilidade e a resiliência do sistema elétrico brasileiro. (Agência Brasil)